



MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

**Literacia financeira em Portugal:
estudo da influência do género e da idade**

Nuno Alexandre dos Santos Alcobia

Lisboa

2025

Nuno Alexandre dos Santos Alcobia

**Literacia financeira em Portugal:
estudo da influência do género e da idade**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Gestão como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Gestão de Empresas

Orientador: Professor Doutor António Augusto Baptista Rodrigues

Lisboa

2025

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor António Augusto Baptista Rodrigues, pela excelência enquanto docente e profissional, pela inspiração na escolha do tema, e pelo apoio e incentivo constantes, especialmente nos momentos mais exigentes. A sua disponibilidade e contributos foram decisivos para a concretização desta dissertação.

Ao ISG – Instituto Superior de Gestão, deixo o meu sincero agradecimento por me ter permitido atingir um objetivo antigo através do mestrado em Gestão de Empresas. Agradeço igualmente a todos os docentes do plano de estudos, com quem tive o privilégio de aprender e ao pessoal não docente pelo profissionalismo e dedicação.

À Ibersol, a minha segunda casa, agradeço os meios disponibilizados e o incentivo ao longo deste percurso, que tanto contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, permitindo-me crescer e tornar-me um profissional mais completo a cada dia.

Aos meus colegas de curso: Filipe, Francisca, Francisco e Gonçalo, agradeço pela caminhada conjunta, marcada por muitos sábados de estudo, trabalho árduo e entreaajuda.

A todos os que contribuíram para este estudo, em especial aos que responderam ao inquérito por questionário, deixo um agradecimento sentido pela colaboração generosa.

À minha família e amigos, obrigado pela paciência, compreensão e apoio incondicional. E, que este percurso inspire também os mais jovens a acreditarem nos seus objetivos e a nunca desistirem de os concretizar.

Por fim, uma palavra muito especial para a Professora Doutora Rosa Isabel Rodrigues, que foi incansável, com a sua força e energia, durante e após o seminário para que todos, sem exceção, pudéssemos desenvolver este trabalho com sucesso. É, de facto, uma inspiração e enriquece de forma notável a qualidade do ISG.

“A força não provém da capacidade física. Provém de uma vontade indomável. Mantém os teus pensamentos positivos, porque os teus pensamentos tornam-se palavras. Mantém as tuas palavras positivas, porque tornam-se comportamentos. Mantém os teus comportamentos positivos, porque tornam-se hábitos. Mantém os teus hábitos positivos, porque tornam-se valores. Mantém os teus valores positivos, porque tornam-se o teu destino.”

— Mahatma Gandhi

Declaração de integridade

Declaro que, na elaboração do presente trabalho académico, atuei com integridade, cumprindo rigorosamente as normas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta do Instituto Superior de Gestão. Confirmando que não pratiquei qualquer forma de plágio, auto plágio, falsificação de resultados ou uso indevido de fontes, nem recorri a elementos de estudo ou dispositivos tecnológicos não autorizados. Asseguro que todas as fontes de conhecimento utilizadas estão devidamente referenciadas, garantindo assim a transparência e a veracidade do processo de avaliação.

Lisboa, 30 de junho de 2025

Resumo

Atualmente, a literacia financeira assume um papel fundamental na sociedade, influenciando a capacidade dos indivíduos na tomada de decisões económicas informadas, conscientes e sustentáveis, essenciais na gestão familiar individual e coletiva. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a literacia financeira e as variáveis sociodemográficas género e idade, na população residente em Portugal, com foco nos domínios do conhecimento e do comportamento financeiros. A investigação adotou uma abordagem quantitativa, de natureza correlacional e não experimental, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário onde se obteve uma amostra de 679 participantes, entre os 18 e os 70 anos, representativa da população adulta. A análise estatística incluiu testes de comparação de médias e correlações, permitindo identificar tendências relevantes. Os resultados demonstraram que, em Portugal, a idade tem um impacto mais expressivo nos níveis de literacia financeira do que o género. Os indivíduos com idade superior a 46 anos, evidenciam maior domínio sobre os conceitos e práticas de gestão financeira enquanto que os mais jovens revelam fragilidades significativas, sobretudo na compreensão dos conceitos financeiros. Em relação ao género, o sexo feminino apresenta menores conhecimentos financeiros, destacando-se por adotar comportamentos mais cautelosos e consistentes com uma gestão prudente dos recursos. As conclusões reforçam a importância de promover a literacia financeira ao longo da vida, em particular nas faixas etárias mais jovens e no público feminino, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais informada e responsável da tomada de decisões económicas.

Palavras chave: Literacia financeira; comportamento; género; idade.

Abstract

Financial literacy currently plays a crucial role in society, influencing individuals' ability to make informed, conscious, and sustainable economic decisions, which are essential for both individual and collective family financial management. In this context, the present study aimed to analyse the relationship between financial literacy and the sociodemographic variables of gender and age within the resident population in Portugal, focusing on the domains of financial knowledge and behaviour. A quantitative, correlational, and non-experimental approach was adopted, using a survey by questionnaire applied to a sample of 679 participants, aged between 18 and 70 years, representative of the adult population. Statistical analysis included average comparison tests and correlation coefficients, enabling the identification of relevant trends. The results showed that, in Portugal, age has a greater impact on financial literacy levels than gender. Individuals over the age of 46 demonstrated a higher command of concepts and practices, whereas younger adults revealed significant weaknesses, particularly in the understanding of financial concepts. Regarding gender, although females present lower levels of financial knowledge, they stand out for exhibiting more cautious and consistent behaviours aligned with prudent financial management. These findings underscore the importance of promoting financial literacy across all stages of life, with special attention to younger age groups and women, thus contributing to the development of a more informed and responsible society in terms of economic decision-making.

Keywords: Financial literacy; behaviour; gender; age.

Índice

Agradecimentos.....	i
Declaração de integridade	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice de figuras	vii
Índice de tabelas	viii
Lista de acrónimos e abreviaturas	ix
1. Introdução.....	1
2. Revisão de literatura.....	5
2.1. Definição de literacia financeira.....	5
2.2. A importância da literacia financeira	7
2.3. As consequências da iliteracia financeira na vida adulta.....	10
2.4. A carência da literacia financeira no sistema de ensino em Portugal	11
2.5. Fatores determinantes da gestão financeira pessoal e familiar.....	13
2.5.1. Orçamento pessoal e familiar	13
2.5.2. Poupanças e investimentos	14
2.5.3. Créditos.....	15
2.5.4. Seguros	16
2.5.5. Preparação para a pensão de velhice	18
3. Hipóteses de Investigação	20
3.1. Relação entre conhecimento e comportamento em literacia financeira e o género.....	20
3.2. Relação entre conhecimento e comportamento em literacia financeira e a idade	23
3.3. A predominância entre as variáveis sociodemográficas e a literacia financeira.....	25
3.4. Modelo de Investigação.....	26
4. Enquadramento metodológico.....	27
4.1. Método de amostragem	27
4.2. Participantes	28
4.3. Instrumento de recolha de dados	29
4.4. Procedimento.....	29
5. Análise e discussão dos resultados.....	31
5.1. Indicadores psicométricos	31
5.2. Verificação das hipóteses de investigação.....	33

5.3.	Modelo de equações estruturais	35
5.4.	Síntese interpretativa dos resultados	36
6.	Considerações finais.....	38
6.1.	Conclusão	38
6.2.	Contribuições teóricas e práticas.....	41
6.3.	Limitações e sugestões para investigações futuras	42
	Referências	43
	Anexo	53
	Anexo 1 – Inquérito por questionário.....	53

Índice de figuras

Figura 1. Modelo concetual	26
Figura 2. Modelo de regressão linear múltipla entre o sexo, a idade	36

Índice de tabelas

Tabela 1. Caracterização da amostra	28
Tabela 2. Valores de referência dos indicadores de qualidade de ajustamento	32
Tabela 3. Medidas de ajustamento do modelo	32
Tabela 4. Comparação do nível de conhecimento em literacia financeira segundo o sexo dos participantes	33
Tabela 5. Comparação do comportamento em literacia financeira segundo o sexo dos participantes	33
Tabela 6. Estatística descritiva e correlações entre a idade, o conhecimento e o comportamento em literacia financeira	34
Tabela 7. Comparação do conhecimento e do comportamento em literacia financeira de acordo com a idade dos participantes	35
Tabela 8. Influência do sexo e da idade nos níveis de literacia financeira.....	35

Lista de acrónimos e abreviaturas

ASF	-	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
IAVE	-	Instituto de Avaliação Educativa
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	-	Organisation for Economic Co-operation and Development
OECD/INFE	-	OECD/International Network on Financial Education
PISA	-	Programme for International Student Assessment
UE	-	União Europeia

1. Introdução

A liberdade individual e a igualdade de oportunidades são consideradas essenciais para o desenvolvimento sustentado e inclusivo dos indivíduos e da sociedade e, para que sejam efetivas e reais, é essencial capacitar as pessoas para o exercício da sua autonomia. É necessário que as pessoas tenham os instrumentos para conseguirem fazer boas escolhas, comparando os seus custos, benefícios e riscos, que muitas vezes não são imediatos e prolongam-se no tempo. Esta é a base para tomadas de decisão, promotoras do seu bem-estar (Castro et al., 2023).

O mesmo raciocínio aplica-se ao contexto financeiro, para o qual é essencial que os indivíduos tenham literacia financeira. Isso envolve conhecimento e entendimento dos conceitos e riscos, que ajuda a desenvolver habilidades, motivação e confiança para escolhas eficientes, com o objetivo de melhorar a segurança financeira individual (Castro et al., 2023).

Salienta-se que a progressiva valorização da literacia financeira não tem sido acompanhada por uma adequada capacitação da população. Algumas fontes mostram que a população adulta nos países desenvolvidos apresenta um patamar deficitário em literacia financeira. Portugal está incluído nesse grupo sendo que os indicadores estão abaixo dos restantes países da União Europeia (OCDE, 2023). Com base nos resultados do Eurobarómetro de 2023 O Conselho Europeu classificou Portugal com o pior desempenho em literacia financeira (Comissão Europeia, 2024).

Quando se aborda a temática da literacia financeira, refere-se que é muito importante perceber se o conhecimento e comportamento nesta área estão relacionados com fatores sociodemográficos fundamentais na análise da população, nomeadamente o género e a idade, sendo que, em investigação, são fatores habitualmente abordados (Coelho, 2020) com maior incidência nos últimos anos, onde se demonstra de forma consistente que estão diretamente relacionados com o nível de conhecimento financeiro (Ruiz-Palomo et al., 2023).

Em relação ao género, acredita-se que as mulheres, independentemente da idade, nível de escolaridade e rendimento, têm competências financeiras inferiores às dos homens (Dewi, 2022), facto demonstrado por outro estudo onde se evidencia que, na maioria dos países, persiste uma disparidade de género significativa em matéria de literacia financeira, com apreciação menos positiva para a população do sexo feminino (Seidler et al., 2022). Reforçando-se, no entanto, que este estereótipo poderá representar uma influência negativa sobre o desempenho das mulheres em tarefas relacionadas com a gestão e compreensão de

questões financeiras, limitando assim o seu potencial de resposta e aprofundamento de conhecimentos nesta área (Bucher-Koenen et al., 2021). Também se considera que mulheres tendem a enfrentar desafios financeiros específicos, resultantes de interrupções nas suas trajetórias profissionais associadas a responsabilidades familiares, o que compromete a gestão eficaz das suas finanças (Lusardi et al., 2008).

Embora os estudos evidenciem que, ao nível dos conhecimentos, as mulheres se apresentem, em média, menos literatas do que os homens, verifica-se que nos comportamentos, estas demonstram uma menor tolerância ao risco financeiro, o que influencia os seus padrões de investimento (Lusardi et al., 2014), sendo mais cautelosas (Barber et al., 2001) com uma tendência para a escolha de estratégias de investimento de carácter mais conservador, fortemente condicionadas por fatores culturais e pela influência de estereótipos sociais (OCDE, 2021). Contudo, afirma-se que num contexto global cada vez mais marcado pela digitalização dos produtos e serviços financeiros — como é o caso das criptomoedas ou do metaverso —, a compreensão básica dos conceitos financeiros torna-se essencial. Neste enquadramento, é particularmente preocupante constatar a persistência de disparidades de género na literacia financeira, uma vez que estas diferenças acentuam as desigualdades nas oportunidades em alcançar a prosperidade financeira (Tinghög et al., 2021).

Em Portugal, não se observam diferenças significativas quando comparadas com os estudos internacionais, concluindo-se que os homens demonstram níveis superiores de conhecimento em alfabetismo financeiro (Coelho, 2020), o que sugere que o género constitui um fator determinante no nível de literacia financeira (Santos, 2010), reforçando-se que a relação contemporânea entre as mulheres e as finanças pessoais se caracteriza por uma dupla limitação, nomeadamente através da discrepância nos rendimentos médios entre géneros — com evidente desvantagem para o género feminino —, bem como um menor nível de conhecimento financeiro, em particular no domínio do investimento, destacando-se uma menor autoconfiança nesta área (Moneylab, 2024).

Relativamente à idade, outro fator sociodemográfico importante, refere-se que é na população mais jovem e na mais idosa que existe maior dificuldade em lidar com as questões financeiras (Lusardi et al., 2011). Os mais idosos tendem a evidenciar um enfraquecimento cognitivo com o avanço da idade (OCDE, 2020), informação comprovada por um estudo publicado recentemente, no qual se indica que os idosos sem qualquer tipo de doença diagnosticada, como por exemplo Alzheimer, poderão perder 1% de capacidade em literacia

financeira por ano, conduzindo potencialmente a erros financeiros graves, com repercussões económicas para os próprios ou expondo-os a situações de potenciais burlas financeiras (Boyle et al., 2025).

Quanto aos jovens adultos, refere-se que apresentam elevadas lacunas em literacia financeira, especificamente em relação à compreensão das taxas de juro e na diversificação do risco (Lusardi et al., 2010), tornando-os vulneráveis do ponto de vista de gestão financeira (Scheresberg, 2013), sendo esta também uma realidade nacional, uma vez que se considera que após concluírem o ensino obrigatório e com frequência no ensino superior, estes assumem de forma consciente, falta de preparação para os compromissos financeiros futuros (Ferreira, 2025).

Assim, visto que a literacia financeira é reconhecida como uma competência essencial para a tomada de decisões económicas informadas e responsáveis ao longo da vida, esta dissertação tem como objetivo geral o estudo da relação entre os conhecimentos e comportamentos em literacia financeira com o género e a idade da população residente em Portugal.

Especificamente, com recurso à revisão de literatura, pretende-se compreender a importância da literacia financeira, os seus fatores determinantes e as consequências na vida adulta, nomeadamente na capacidade de planear o futuro, gerir recursos, poupar, investir e prevenir situações de endividamento.

Por outro lado, procura-se aprofundar o conhecimento acerca dos fatores determinantes da literacia financeira, analisando em particular o impacto do género e da idade, nos níveis de conhecimento e nos comportamentos financeiros com vista a apurar o fator predominante, a existência ou não de uma relação entre o género e a aptidão financeira, bem como se a idade confere aos indivíduos melhores competências financeiras.

Neste contexto, formula-se a seguinte pergunta de partida, cuja resposta será explorada ao longo do estudo:

Existe uma relação de causalidade entre o conhecimento e o comportamento em literacia financeira, tendo em consideração os fatores sociodemográficos género e idade na população residente em Portugal?

Metodologicamente, este estudo adota um desenho de investigação de natureza quantitativa, transversal, descritiva e correlacional, procurando analisar a relação de causalidade entre as variáveis independentes — género e idade — e a variável dependente —

literacia financeira —, sendo esta decomposta em duas dimensões internas: conhecimento e comportamento financeiro.

Para a recolha de dados, foi desenvolvido e implementado um inquérito por questionário com o objetivo de captar os níveis de literacia financeira, onde se incluem questões relacionadas com os fatores determinantes desta matéria, bem como os principais fatores sociodemográficos associados. A amostra utilizada pretende ser representativa da população residente em Portugal, garantindo a validade e fiabilidade dos resultados obtidos.

A estrutura da dissertação é composta pela introdução com o enquadramento do tema, revisão de literatura, formulação de hipóteses, metodologia de investigação adotada, interpretação, discussão dos resultados e conclusão.

2. Revisão de literatura

A presente revisão de literatura visa consolidar o enquadramento teórico e empírico necessário para compreender o conceito de literacia financeira, a sua importância e as suas implicações na vida quotidiana. Procura-se, ainda, analisar a forma como o défice de literacia financeira se manifesta na vida adulta e nas práticas de gestão financeira pessoal e familiar, bem como identificar as lacunas existentes no sistema educativo português relativamente à formação nesta área. De seguida, explora-se a importância de diversos fatores determinantes da gestão financeira, nomeadamente a elaboração de orçamentos, a constituição de poupanças e investimentos, a utilização de crédito, a contratação de seguros e a preparação para a pensão de velhice. E por fim, aprofunda-se a análise da relação entre a literacia financeira e as características sociodemográficas, com foco no género e na idade, procurando entender de que forma estas variáveis influenciam o nível de conhecimentos e os comportamentos financeiros dos indivíduos.

Este enquadramento teórico constitui a base fundamental para a compreensão da problemática em estudo e fundamentação das hipóteses de investigação formuladas.

2.1. Definição de literacia financeira

A definição de literacia financeira ganhou maior importância após as crises financeiras globais que evidenciaram a falta de compreensão e preparação financeira da população em geral. A crise financeira de 2008 foi o catalisador significativo, que demonstrou não só a falta de conhecimento financeiro como também se apurou que a generalidade da população assumia compromissos financeiros sem compreender os riscos envolvidos. Nesse sentido, grande parte das organizações mundiais iniciaram uma sensibilização de larga escala junto da opinião pública, com o objetivo de alfabetizar a população em matérias financeiras. Tornando-se assim importante recuperar o conceito de literacia financeira (Santos, 2015).

O conceito de literacia financeira não tem uma definição clara que seja aceite de forma universal. Existem vários autores que defendem e definem este conceito de variadas formas, ainda que se considere que hajam finalidades comuns (Coelho, 2020). Assim, para que possamos rumar a conclusões claras dos resultados específicos do estudo a que nos propomos, é importante entender o conceito de literacia financeira, bem como as diferentes teorias acerca do mesmo. Nesse sentido, apresentam-se abaixo as principais conclusões da revisão de

literatura realizada no âmbito da interpretação do conceito, bem como os diferentes pontos de vista demonstrados.

Considera-se que a definição de literacia financeira tem evoluído de um conceito onde apenas existem conhecimentos acerca de temas financeiros para um conceito que incorpora também a capacidade de utilizar diariamente o conhecimento nas decisões financeiras. Assim, é expectável que esta capacidade confira aos indivíduos competências de forma a compreenderem e analisarem a informação necessária na tomada de decisões práticas acerca das suas finanças pessoais. Entende-se também que a literacia financeira está associada a comportamentos financeiros em espaços temporais de curto, médio e longo prazo nos quais os indivíduos com conhecimentos mais elevados têm maior probabilidade de sucesso nas escolhas relacionadas com a poupança, investimento ou endividamento. Complementa-se, que esta competência impacta de forma positiva os objetivos de poupança para a pensão de velhice, poupanças em ciclos anuais e preparação financeira para responder a quebras de rendimento (Brochado et al., 2021).

Reforça-se esta ideia de conceito com recurso às definições das instituições nacionais e internacionais, onde se indica que a literacia financeira envolve a compreensão e a aplicação de princípios financeiros fundamentais para tomar decisões bem informadas acerca da utilização dos bens monetários e dos recursos financeiros (OCDE, 2020), englobando o conhecimento de conceitos e riscos financeiros (Banco de Portugal, 2024). Sendo uma preocupação de interesse público e do governo, também a Assembleia da República publicou em 2019 um documento, onde se interpreta que a literacia financeira é a capacidade dos indivíduos em entenderem termos económicos e instrumentos financeiros, permitindo a tomada de decisões informadas que contribuem para o bem-estar financeiro dos próprios e da sociedade (Borges, 2019). Por sua vez, o Ministério da Educação, no seu artigo de literacia financeira e educação para o consumo, refere a literacia financeira como a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e capacidades fundamentais para tomar decisões informadas sobre finanças pessoais, habilitando os indivíduos como consumidores responsáveis de produtos e serviços financeiros (Ministério da Educação, 2023). E por fim, enfatiza-se a definição de literacia financeira como a compreensão de conceitos e riscos financeiros, juntamente com as habilidades e atitudes necessárias para aplicar esse conhecimento na tomada de decisões eficazes, em diferentes contextos financeiros, visando

aprimorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, bem como facilitar a participação na vida económica (PISA, 2022).

Contudo, Huston (2010), defende que existem diferenças entre literacia e conhecimento financeiro, ramificando assim a definição de base, com o argumento de que embora a literacia envolva a capacidade de entender e utilizar informações financeiras, o conhecimento é mais amplo e inclui habilidades práticas e comportamentos financeiros. Destacando, por um lado, que a literacia financeira é crucial para a tomada de decisões financeiras informadas e, por outro, que a educação financeira tradicional tem um impacto limitado e decrescente ao longo do tempo. Defendendo que a eficácia da educação financeira aumenta quando esta é disponibilizada no momento em que os indivíduos precisam de tomar decisões concretas, sendo por isso vantajoso que seja acompanhada por mecanismos regulatórios que salvaguardem as populações. Apoiando uma abordagem que combine o conhecimento teórico com suporte prático e proteção, para a melhoria do bem-estar financeiro da população.

Com base nesta revisão, entende-se que as definições de literacia financeira, tendem a convergir em redor de temas centrais como o conhecimento financeiro, a capacidade na gestão dos recursos financeiros e a tomada de decisões que impactam no bem-estar individual e respetivo contributo para a economia global, sendo difícil encontrar argumentos que contradigam este conceito comum. No entanto, podem existir algumas variações na ênfase que cada fonte fornece a diferentes aspetos deste tema. Nesse sentido, na literatura encontram-se definições que dão uma maior importância à componente da educação e outras que destacam a aplicação prática do conhecimento financeiro no quotidiano.

2.2. A importância da literacia financeira

Aponta-se que as pessoas enfrentam decisões financeiras complexas com riscos potencialmente duradouros e consequências em todas as fases da vida. À medida que os jovens chegam à idade adulta, iniciam o processo de decisões acerca de empréstimos para estudos, carros e casas, juntamente com a gestão de cartões de crédito, saúde e outros tipos de seguro, tendo como base um orçamento. Assumindo uma visão de longo prazo, com alcance até à reforma, implica que a população em geral deve desde muito cedo assumir resoluções sobre poupança, investimento, entre outros, perspetivando que na terceira idade irão enfrentar dilemas sobre como gerir os riscos e custos do envelhecimento, bem como gerir melhor os seus ativos da pensão de velhice. Estes dilemas estão mais complexos com o aparecimento de

novos produtos financeiros (que, com a ajuda de tecnologia, podem ser acedidos com um simples *click*), de novas formas de fazer pagamentos (“compre agora, pague depois”), de instrumentos de risco, como ativos criptográficos e, mais recentemente, com o aumento da taxa inflação. De acordo com o *Google Trends*, as pesquisas acerca de como fazer um orçamento ou economizar para a pensão de velhice aumentaram quatro vezes desde 2004. Por estas e outras razões, a literacia financeira é mais importante que nunca. A falta de conhecimento financeiro das pessoas não só limita a capacidade de utilizar os seus recursos ao máximo, mas também contribui para problemas macroeconómicos. A evolução recente da economia, as crises relacionadas com o sistema financeiro bancário e a pandemia de COVID-19 ilustram ainda mais como a convergência da dívida e a falta de reservas financeiras das pessoas podem afetar a economia em geral (Lusardi et al., 2023).

No que diz respeito às finanças, considera-se que alguns comportamentos financeiros merecem análise: orçamento, poupança, compras, pagamentos, escolha e seleção de produtos financeiros, objetivos e controlo. A poupança é considerada um comportamento positivo das famílias porque permite ter um padrão de consumo estável durante a vida, capacitando-as a terem uma melhor qualidade de vida durante períodos de crise económica ou reagir a imprevistos no rendimento associados ao desemprego, incapacidade ou reforma. Por outro lado, a preparação financeira das famílias para imprevistos diversos, tais como doenças, incapacidade, desemprego, quebra de rendimento, entre outros, podem obrigar a uma reorganização das finanças familiares. Alguns dos eventos que originam os imprevistos podem não estar cobertos por um seguro ou um sistema de segurança social. Se as famílias não possuírem recursos e liquidez no imediato para fazer face a um imprevisto, podem incorrer em endividamento excessivo. O conceito de preparação financeira está, deste modo, relacionado com os fundos de emergência. A literatura tem considerado que uma família está preparada para um imprevisto de rendimento se tiver recursos que lhe permitam cobrir pelo menos três meses de despesas normais, sem perda de qualidade de vida. Se conseguir apenas cobrir de um a três meses, considera-se que está preparada de forma moderada. E, se não conseguir cobrir pelo menos um mês, a preparação da família é considerada fraca (Brochado et al., 2021).

Verifica-se ainda que em Portugal, grande parte da população não consegue responder à questão: de que se trata a literacia financeira? (Passos, 2022). Considera-se que o alfabetismo financeiro engloba um conjunto de competências relacionadas com a gestão financeira diária,

incluindo o entendimento acerca das questões monetárias, consumo, funcionamento bancário, economia e investimento (Passos, 2022).

Acredita-se que o conhecimento da literacia financeira abrange fatores específicos do domínio financeiro, tais como termos e noções de produtos financeiros, bem como aspetos relacionados com o contexto que estimulam a execução das atividades económicas. Esta diversidade está relacionada com as dimensões deste tema, que incluem: conteúdos, métodos e cenários (IAVE, 2020).

Na dimensão dos conteúdos estão integradas as áreas do saber e da interpretação, consideradas decisivas para a literacia financeira. Estas áreas abrangem: a diversidade e o propósito que o dinheiro tem; a avaliação de riscos e benefícios em transações financeiras como crédito e seguros; o planeamento; e, a responsabilidade e direitos do consumidor, incluindo a proteção pessoal (IAVE, 2022).

Na dimensão dos métodos são considerados os sistemas mentais utilizados para aplicar conceitos práticos em termos específicos do domínio financeiro, tais como: taxas de juro, taxas cambiais e estimativas. Por exemplo, apurar através de cálculos se num determinado momento existe alguma vantagem em amortizar um empréstimo ou alargar o período de reembolso. Incluem-se também os métodos utilizados para analisar e avaliar o sucesso ou insucesso de propostas financeiras, bem como interpretar os interesses das partes envolvidas nas transações (IAVE 2022).

Por fim, na dimensão dos cenários são identificadas diversas situações, onde o saber, o entendimento e as aptidões em literacia financeira são aplicados. O contexto em que as decisões financeiras são frequentemente executadas é fundamental. O programa *PISA* destaca as situações com maior impacto: compras e vendas online, utilizações de cartões de pagamento automático, realização de orçamentos que incluem poupanças para aquisições futuras, entre outras (IAVE, 2020).

Apesar de se considerar que a literacia financeira é fundamental para o bem-estar individual e para o desenvolvimento económico, Willis (2011) defende que o destaque excessivo neste tema desvia a atenção das necessidades das reformas sistémicas, nomeadamente nas políticas públicas e regulamentos, com necessidade de criar um ambiente financeiro mais justo e regulado, para prevenir muitos dos problemas que a literacia financeira tenta combater, sendo que se sugere que o conhecimento por si só, em relação a esta temática,

não é suficiente para melhorar o bem estar financeiro da população, devendo serem empreendidas mudanças estruturais.

2.3. As consequências da iliteracia financeira na vida adulta

Acredita-se que a capacidade financeira é considerada o melhor preditor para uma vida independente em idade adulta. Embora seja complexa, compreende uma variedade de atividades, incluindo habilidades de desempenho (como contagem aritmética monetária, pagamento de contas, entre outras) e, habilidades de tomada de decisão (Giannouli et al, 2021).

A ausência de conhecimento financeiro é uma barreira tácita, com pouco reconhecimento para a inclusão e igualdade de oportunidades. A desinformação ou falta de informação nesta matéria afeta os mais desfavorecidos. Também origina um enorme fosso entre gerações, pessoas com diferentes rendimentos e com diferentes qualificações (Oliveira, 2023).

Assim, considera-se que a necessidade de literacia financeira é evidenciada através da população em situação financeira mais precária, com dívidas e sem um plano orçamental que lhes permita tomar decisões acerca do seu dinheiro. Destacando-se que a maioria desses maus comportamentos financeiros têm origem na iliteracia financeira. Também é de salientar que a literacia financeira está fortemente relacionada com as características sociodemográficas e ambiente familiar (Chong et al, 2021).

Ressalta-se também que, se as pessoas tiverem baixa literacia financeira, podem não conseguir apreciar os benefícios futuros ou não estar totalmente cientes do funcionamento dos orçamentos do governo e das instituições, nomeadamente a Segurança Social e o sistema de pensões de velhice. Em geral, as tentativas de reformar os sistemas de pensões de velhice têm tido uma forte oposição, mesmo perante a evolução da esperança média de vida, da redução da taxa de natalidade e outras mudanças que colocam os sistemas existentes em caminhos potencialmente insustentáveis (Lusardi et al, 2023).

Em Portugal, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, foi conduzido em 2023 um inquérito por questionário à literacia financeira da população, onde foram avaliadas as dimensões de: orçamento familiar, economia, produtos e conhecimentos financeiros e, finanças digitais. Globalmente, o indicador médio de literacia financeira aumentou em relação a 2020, mas em sentido oposto, diminuíram as médias em relação às atitudes e

comportamentos financeiros (Centeno et al, 2023). Contudo, apesar evolução face ao estudo anterior, considera-se que estes números mostram que em três anos avançámos muito pouco e, fica demonstrado que os portugueses não têm conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros adequados a uma economia que se pretende próspera e com evolução positiva (Leitão, 2024).

Por fim, considera-se importante salientar que, numa investigação conduzida pela UE à população de todos os estados membros, com cinco questões acerca de taxas de juro, taxa de inflação, relação entre taxas de juro e preços, riscos e rendimento, 52% dos inquiridos responderam corretamente a pelo menos três das cinco perguntas realizadas, sendo que os resultados em Portugal foram de 42%, registando-se como o segundo país pior classificado neste estudo (Expresso, 2024).

2.4. A carência da literacia financeira no sistema de ensino em Portugal

Embora este estudo não incida na relação entre a carência de literacia financeira no sistema de ensino em Portugal e os impactos na vida adulta, entendeu-se investigar e incorporar esta matéria, para ajudar a compreender melhor os resultados obtidos e se existe alguma correlação entre as variáveis, nomeadamente nas que estão relacionadas com a demografia.

Percebe-se que, tanto em Portugal como nos outros países da União Europeia e da OCDE, a Educação Financeira deve ser considerada como uma vertente essencial da educação ao longo da vida, acompanhada em todas as etapas do percurso escolar (Dias et al., 2013).

Considera-se que a relevância de incluir conteúdos de alfabetismo financeiro nas escolas tem a ver com o facto das crianças e jovens terem cada vez mais cedo acesso ao consumo de produtos e serviços financeiros. Sendo, por isso, fundamental terem um conhecimento mais abrangente nestas matérias de maior complexidade (Dias et al., 2013).

Também se reconhece que, ao incluir a educação financeira nos conteúdos educativos, permite que os jovens adquiram conhecimentos e aptidões basilares nas decisões de responsabilidade financeira que poderão vir a assumir em relação às finanças pessoais, contribuindo para decisões mais assertivas e disseminação da informação no seio das suas famílias, de forma a gerar um efeito económico mais positivo (Dias et al., 2013).

Em resposta à pertinência de promoção a literacia financeira, verificou-se que Portugal integra a “Rede Internacional de Educação Financeira” e desenvolveu o Plano Nacional de

Formação Financeira – um projeto com o apoio das três principais entidades da atividade financeira: o Banco de Portugal, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Este plano, que tem como objetivo aumentar o alfabetismo financeiro dos cidadãos, tem parcerias com entidades que potenciam a sua aplicação (escolas, empresas, autarquias, entre outras), desenvolvendo um conjunto de atividades e documentos relevantes: referenciais de formação financeira para os ciclos de ensino; programa de formação de professores; vários conteúdos pedagógicos; períodos de formação financeira; site de conteúdos para formação à distância; e, inquéritos à literacia financeira dos portugueses e das empresas. Atualmente, o plano está a executar a estratégia plurianual 2021-2025, contudo, apesar de todos os esforços, as entidades responsáveis pelo plano reconhecem que o mesmo não tem conseguido a escala pretendida nem chegar a alguns grupos sociais mais desfavorecidos. Considera-se especialmente preocupante que o indicador global de literacia financeira medido a cada cinco anos tenha diminuído de 68,3 em 2015 para 61,7 em 2020. Assim, no âmbito do plano nacional de formação financeira, esta matéria foi integrada no currículo escolar a partir de 2018/2019 como indispensável na componente curricular de cidadania. O domínio tem o nome de “Literacia financeira e educação para o consumo”. No entanto, há margem para introduzir o alfabetismo financeiro de forma mais presente e permanente no ensino em Portugal (Castro et al., 2023).

O Plano Nacional de Formação Financeira materializa-se num *website* – TODOS CONTAM, que aparenta estar atualizado, onde integra um conjunto de separadores que orientam a população em geral, com recurso a uma introdução e formação em *e-learning* em relação a várias temáticas do foro da gestão financeira pessoal e social (Todos contam, 2025).

Os objetivos definidos para a educação financeira das escolas, para além de estarem desatualizados por remontarem a 2013, ou seja, há mais de 10 anos, não dão garantias efetivas de que façam parte dos objetivos curriculares. Assim, considerando-se que o tema tem sido desvalorizado, incluindo a falta de insistência dos encarregados de educação para projetos nesta área, tornando-se um ciclo, porque se os pais e professores não possuem os devidos conhecimentos e não existe uma estrutura base que permita que os jovens se tornem adultos informados em relação aos conceitos do sistema financeiro (Marques, 2018).

Complementarmente a este referencial de educação financeira publicado em 2013, a *newsletter* da Biblioteca do Banco de Portugal refere que há 10 anos foi lançado um programa para formação de professores e publicados quatro cadernos de educação financeira dirigidos

aos alunos dos três primeiros ciclos de ensino. Estes cadernos incluíam planificações de aulas para auxiliar os docentes nas ações estratégicas da educação financeira em contexto de sala de aula (Oliveira, 2023).

2.5. Fatores determinantes da gestão financeira pessoal e familiar

No contexto do presente estudo e dos respetivos domínios fundamentais, é relevante destacar o contributo da literatura científica relativamente a cada um, no âmbito da gestão financeira pessoal. Assim, apresenta-se um breve resumo dos aspetos considerados mais relevantes nesta área.

2.5.1. Orçamento pessoal e familiar

De uma forma mais abrangente, aponta-se que o orçamento familiar pode ser entendido como a unidade base da estrutura financeira de um país. Uma gestão equilibrada dos rendimentos familiares não só promove o bem-estar do próprio agregado, como também influencia positivamente os indicadores de desenvolvimento económico e social na nação. Atualmente, o conceito de orçamento assume-se como uma estrutura financeira composta pelas componentes de receitas e despesas, seja em relação ao estado, regiões, empresas ou famílias, por um determinado período de tempo: mensal, trimestral, anual, entre outros. No caso específico do orçamento familiar, este corresponde a uma previsão que integra não só as receitas provenientes de diversas fontes, como também as despesas destinadas a cumprir com as obrigações provenientes de dívidas e encargos de natureza corrente. A sua elaboração, na maioria das situações, é feita com base numa perspetiva mensal (Ilxamovna, 2022).

Afirma-se também que a elaboração do orçamento familiar constitui uma etapa fundamental na gestão das finanças pessoais, permitindo um controlo mais eficaz do dinheiro disponível e um planeamento do futuro com maior segurança e confiança. O ponto de partida consiste em identificar todos os rendimentos, bem como as despesas fixas e variáveis do agregado familiar. Este exercício ajuda a determinar o saldo entre rendimentos e despesas, fornecendo uma visão clara da situação financeira. Contudo, é muito importante ter em atenção as despesas relativas a créditos contraídos, uma vez que podem ter um peso significativo no orçamento mensal, originando uma taxa de esforço elevada, indicador relevante na avaliação da capacidade para contrair novos empréstimos (Todos contam, 2025).

Ter um orçamento familiar bem estruturado é essencial não só para o controlo das despesas fixas, mas também para suportar decisões financeiras importantes, como a preparação para a pensão de velhice, a educação dos filhos ou a aquisição de habitação própria. Sendo que, uma boa gestão orçamental implica a definição de objetivos de poupança, garantindo assim maior estabilidade financeira no presente e no futuro (Todos contam, 2025).

Considera-se que persiste uma lacuna na compreensão do papel dos orçamentos pessoais face à tendência para satisfazer impulsos imediatos. Embora muitas pessoas procurem controlar os seus gastos, a pressão para consumir no momento presente dificulta esse esforço. Os orçamentos só funcionam quando existe também incerteza quanto às necessidades futuras. A gestão eficaz exige equilíbrio entre disciplina e flexibilidade. Estabelecer limites por categorias pode contrariar decisões impulsivas. Esta abordagem revela-se essencial para uma maior estabilidade financeira (Galperti, 2019).

Também se refere neste último ponto que a qualidade de vida da população está diretamente relacionada com a sua situação financeira. De acordo com estudos conduzidos pela Universidade de Cambridge, intitulados “*Investment Phobia*”, três em cada dez inquiridos referem sentir-se mais felizes quando têm as suas finanças pessoais sob controlo. (Piccini et al., 2014).

2.5.2. Poupanças e investimentos

Uma gestão financeira responsável e equilibrada implica reservar uma parte dos rendimentos para a poupança. Nesse sentido, poupar de forma regular permite criar um fundo para emergências, essencial para responder a imprevistos, como por exemplo o desemprego, doenças, um acidente ou despesas inesperadas. A poupança também pode ter como finalidade a concretização de objetivos específicos de curto, médio ou longo prazo, tais como viagens, comprar uma viatura, uma habitação, financiar estudos ou até iniciar um negócio próprio. E, reforça-se que a gestão das finanças pessoais, de uma forma equilibrada ao longo da vida implica ainda canalizar parte da poupança para a constituição de um complemento de reforma, garantindo maior estabilidade no futuro (Todos contam, 2025).

Verifica-se que a poupança e o investimento são fundamentais para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar financeiro das populações. Por essa razão, é fundamental que, desde os primeiros passos da sua carreira profissional, os jovens adotem uma postura consciente e estratégica, apostando na criação de uma reserva financeira e na realização de investimentos

ajustados ao seu perfil. Esta abordagem contribuirá para uma maior estabilidade económica e segurança financeira futuras, permitindo-lhes enfrentar imprevistos e concretizar objetivos de vida com maior confiança e mais autonomia (Pastor et al., 2022).

A literacia financeira, por si só, tem impacto no comportamento de poupar e investir, exercendo influência direta e indireta, esta última através da mediação das intenções de poupar e das atitudes em relação à poupança (Widjaja et al., 2020).

Em Portugal, a falta generalizada de conhecimentos financeiros, por parte da população, continua a ser um dos principais fatores que contribuem para a baixa taxa de poupança e para o receio de investir, o que se traduz no investimento das poupanças em produtos de fraca rentabilidade e para um elevado nível de endividamento. Soluções como seguros de capitalização, ações ou fundos de investimento permanecem muitas vezes no desconhecimento ou são mal compreendidos por uma grande parte dos portugueses. Considera-se por isso, fundamental desmistificar as questões relacionadas com o investimento para que a população perca o receio de investir, porque deixar o dinheiro parado ou apenas guardado numa conta poupança pode não ser a decisão mais acertada, podendo traduzir-se numa perda efetiva de valor, num contexto em que o retorno obtido pode ser inferior à taxa de inflação. Investimentos em ações, fundos ou imóveis podem oferecer rentabilidades que superam a inflação, ajudando a construir uma reserva financeira mais robusta (ECO, 2024).

2.5.3. Créditos

Acredita-se que a literacia financeira habilita os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre empréstimos, pagamentos de dívidas e planeamento financeiro e que existe uma relação positiva entre o nível de literacia financeira e a utilização responsável do crédito, contribuindo para prevenir o endividamento excessivo das famílias (Banco de Portugal, 2023).

Também se verifica que o recurso a crédito possibilita a aquisição de bens de valor mais elevado, que de outra forma não seriam acessíveis. No entanto, esta decisão deve ser cuidadosamente avaliada, devendo ocorrer apenas quando estritamente necessário e com garantia de viabilidade económica. Utilizar crédito para financiar bens de consumo imediato, como viagens, é financeiramente desaconselhável, porque o bem rapidamente perde valor, enquanto o crédito poderá perdurar durante anos, sobretudo se tiver uma taxa de juro variável. A decisão deve também considerar a essencialidade do bem ou serviço e o impacto das prestações no orçamento familiar, uma vez que aumentam a taxa de esforço. Se a decisão for

avançar, é fundamental escolher o tipo de crédito adequado à finalidade, dado que existem diferenças relevantes nos custos e condições de acesso ao crédito, seja ele destinado à habitação, pessoal, automóvel, utilização de cartões, facilidades de descoberto, entre outros. Após contratados, os créditos devem ser geridos com prudência para evitar situações de incumprimento, com consequências imediatas relacionadas com a penhora do património (Todos contam, 2025).

E, se por um lado, o aumento da oferta de crédito ao consumo pode alavancar o PIB em Portugal (Brinca, 2019) e as famílias que optam pela consolidação dos créditos têm maior capacidade de poupança, devido às prestações mais baixas, permitindo folgas no orçamento familiar (Cabrita, 2020). Por outro, acredita-se que a utilização do crédito de forma excessiva compromete o bem-estar financeiro dos indivíduos (Chen et al., 2023), sendo que a facilidade de acesso e falta de regulamentação podem levar à acumulação de dívidas, sem que haja consciência das implicações financeiras (Guttman-Kenney et al., 2023), o que poderá conduzir a repercussões na saúde mental, nomeadamente ansiedade e depressão (Sweet et al., 2013).

Especificamente em Portugal, o recurso ao crédito evoluiu gradualmente ao longo dos anos, contudo, com a crise de 2011, este teve uma tendência decrescente, mas o indicador de endividamento continuou num nível muito elevado. As principais causas para esta situação de sobre-endividamento poderão estar relacionadas com mudanças no contexto familiar, nomeadamente um divórcio ou uma questão de saúde e/ou no contexto financeiro, por exemplo o desemprego ou incapacidade de cumprimento dos compromissos financeiros assumidos, sendo estas as principais variáveis que fazem com que a procura de crédito aumente (Pereira, 2020).

Num estudo realizado aos jovens adultos, estudantes do ensino superior em Portugal, percebe-se que há um desconhecimento em conceitos importantes relacionados com a contratação de créditos, nomeadamente no que diz respeito a taxas de juro, *Euribor*, *Spread*, entre outros. Situação esta que compromete a capacidade de decisões mais assertivas no momento do recurso ao crédito (Sarabando et al., 2023).

2.5.4. Seguros

A contratação de um seguro constitui um acordo mediante o qual a seguradora se compromete a assumir a cobertura de determinados riscos, obrigando-se a pagar uma indemnização ou o capital seguro, conforme estipulado contratualmente, caso ocorra um

sinistro. E, em troca dessa cobertura, a pessoa ou entidade que subscreve o seguro deve pagar à seguradora um prémio, que corresponde ao encargo do mesmo. A prestação prevista no contrato pode ser dirigida ao tomador do seguro, a um beneficiário indicado pelo tomador, ou ainda a um terceiro, que possa ter sofrido prejuízos pelos quais o tomador seja legalmente responsável. Salienta-se também, que os seguros podem assumir carácter obrigatório, quando a sua celebração decorre de imposição legal, ou facultativo, quando a decisão de contratar depende exclusivamente da vontade do indivíduo (Todos Contam, 2025).

Em relação aos seguros, destaca-se a importância do conhecimento em literacia financeira como recurso fundamental para a proteção dos indivíduos e para o bom funcionamento do sistema financeiro (ASF, 2022) e sobressai que a contratação de seguros proporciona uma forma de proteção individual, representando um investimento financeiro orientado para a resposta a situações adversas e para a salvaguarda da estabilidade económica (Onofre, 2024).

Em outro estudo, Lin et al., (2019), indica que o conhecimento em literacia financeira pode não ser suficiente para que os indivíduos possam fazer as melhores escolhas no momento da subscrição de um seguro, sugerindo que deve haver conhecimento específico na área dos seguros para que se possam tomar as melhores decisões, afirmando-se que a formação especializada poderá contribuir para reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos a distorções cognitivas, promovendo escolhas mais ponderadas e eficazes neste contexto.

E, se por um lado, a contratação dos seguros, em particular os de saúde, permite reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde em particular nas populações mais fragilizadas (Khera et al., 2022), garantindo acesso mais rápido a cuidados médicos, que no sistema nacional de saúde, os quais são muito limitados e morosos (Baptista, 2019). Por outro, a complexidade que existe nas cláusulas, condições e franquias de cada seguro, pode levar a que os indivíduos contratem apólices que poderão não estar de acordo com as suas necessidades (Bongini et al., 2023) ou o valor dos seguros pode ser tão elevado, que se torna inacessível a grande parte da população (Global Citizen Solutions, 2025).

Por fim, considera-se que a literacia em seguros influencia significativamente as decisões de aquisição dos mesmos, em função de vários fatores, tais como: a idade, o estado civil, o nível de escolaridade, a situação profissional e o agregado familiar (Bongini et al., 2023). Na perspetiva de Khera et al., (2022), os indivíduos que possuem níveis mais elevados

de literacia em seguros de saúde estão associados a menores probabilidades de dificuldades financeiras.

2.5.5. Preparação para a pensão de velhice

Reconhece-se que a transição para a reforma pode implicar uma redução do rendimento disponível. Para prevenir este cenário, é fundamental estabelecer uma estratégia de poupança que sirva de complemento à futura pensão. Uma gestão consciente e informada dos investimentos financeiros permite potenciar a rentabilidade e reduzir os riscos associados (Todos contam, 2025). Em relação aos Planos Poupança Reforma – PPR, considera-se que podem ser uma boa estratégia de investimento e, em simultâneo, prepara financeiramente a reforma (Andersson, 2021).

Considera-se que o processo de preparação para a aposentação está a passar por uma fase de transformação e atualização à escala mundial, estimulada por fatores socioeconómicos, tecnológicos e por reformas legislativas, destacando-se o elevado aumento da esperança média de vida, a evolução da economia paralela e os baixos salários, realçando a responsabilidade individual na preparação financeira para a última etapa do ciclo de vida (Viera et al., 2022).

Por outro lado, acredita-se que o planeamento da preparação da pensão para a velhice envolve ações comportamentais muito exigentes do ponto de vista cognitivo. Este planeamento impõe com frequência a formação de expectativas sobre o futuro, onde se incluem as probabilidades subjetivas de sobrevivência, as expectativas em receber uma herança, bem como do valor futuro de imóveis e ativos financeiros que o indivíduo possui. De forma semelhante, os indivíduos constroem expectativas sobre a saúde e bem-estar futuros, com base no conhecimento que possuem no presente (Bonsang et al., 2020). Deste modo, os modelos assentes em expectativas racionais revelam-se limitados para explicar a forma como as pessoas tomam decisões relativas à habitação, à pensão, aos cuidados de saúde e às finanças na fase da velhice. De facto, antecipar o valor futuro dos ativos é, muitas vezes, uma tarefa complexa e sujeita a enviesamentos consideráveis (Benítez-Silva et al., 2015).

Também se defende que as abordagens comportamentais enfatizam o papel central das crenças individuais no planeamento para a velhice. Um exemplo disso é a tendência para o excesso de confiança no futuro, através da qual certos indivíduos acreditam, sem fundamento concreto, que não enfrentarão situações de dependência ou incapacidade para sobreviver na

velhice, o que os torna menos predispostos a planear os cuidados necessários para essa fase da vida (Coe et al., 2015).

Paralelamente, salienta-se que a propensão para assumir riscos tende a diminuir com a idade, afetando uma diversidade de decisões com impacto nos investimentos e/ou poupanças. No entanto, parte desta aversão ao risco pode ser atribuída ao declínio cognitivo associado ao envelhecimento (Bonsang et al., 2015).

Na ótica de outros autores, o planeamento financeiro para a velhice assume um papel fundamental na garantia de uma vida pós-laboral estável e segura, especialmente num cenário marcado pelo aumento da longevidade, pela flutuação económica e devido à alteração dos modelos para obtenção da pensão por velhice (Abdullah et al., 2024), de forma a permitir um bem-estar social, financeiro e de saúde nesta fase da vida (Heaven et al., 2013).

3. Hipóteses de Investigação

3.1. Relação entre conhecimento e comportamento em literacia financeira e o género

Atendendo ao objetivo do estudo realizado, entende-se como prioritário perceber o que os investigadores e autores afirmam em relação às diferenças de género em matérias de conhecimento e comportamento em literacia financeira.

Entende-se que existem dados empíricos que comprovam a existência de uma grande diferença entre géneros em relação ao conhecimento em literacia financeira, sendo que os mesmos revelam que os homens, independentemente da idade e região, tendem a ter conhecimentos financeiros mais sólidos do que as mulheres, não só nas questões básicas como nas mais complexas (Lusardi et al., 2014).

Através de outros estudos, nos quais se aplicaram inquéritos à população em diferentes países, confirma-se que as mulheres inquiridas não só têm menor probabilidade de responder corretamente às perguntas de literacia financeira, como também apresentam maior tendência para indicar que não sabem a resposta, sendo as disparidades entre géneros significativas e semelhantes entre países. Esta diferença mantém-se independentemente do estado civil, do nível de escolaridade, do rendimento ou de outras características socioeconómicas. E, acentua-se na conclusão que esta diferença também está presente entre os mais jovens, mesmo quando as mulheres nesta faixa etária apresentam níveis de escolaridade superiores e maior participação no mercado de trabalho. Constatando ainda que as mulheres raramente recorrem a consultores financeiros com o objetivo de suprimir a sua falta de conhecimento, mesmo autoavaliando-se com um nível de conhecimento mais baixo que os homens (Bucher-Koenen et al., 2017).

Também de acordo com um artigo de imprensa, acredita-se que nas últimas décadas, registaram-se progressos significativos rumo à verdadeira igualdade para as mulheres, contudo as mesmas continuam a apresentar níveis médios de literacia financeira, inferiores aos homens, um fenómeno conhecido como “*gap* de género na literacia financeira”. Havendo consciência de quanto mais as mulheres souberem sobre finanças – desde a gestão do orçamento até ao investimento — maior será a sua capacidade de tomar decisões sólidas no que diz respeito ao dinheiro, com impacto individual e familiar. Assim, apesar de se constatar, não se entende que em relação à literacia financeira, os estudos continuem a demonstrar em todo o mundo que as mulheres têm menos conhecimentos do que os homens. Sendo que, para

as mulheres, uma baixa literacia financeira pode significar dificuldades em gerir bem o dinheiro, aproveitar produtos financeiros para gerar riqueza, criar um fundo de emergência ou até iniciar um pequeno negócio. Esta realidade limita a sua independência financeira, crucial para enfrentar imprevistos, sentir segurança e não depender de um parceiro ou de familiares (Rhoades, 2024).

Ainda importa referir a observação que é feita em relação à condição social, em que se considera que a falta de conhecimento financeiro das mulheres e da população mais vulnerável origina uma barreira, limitando o bem-estar e os resultados que conseguem obter ao longo da vida (Bhutoria et al., 2018).

Salienta-se também que, para as entidades governamentais, existe uma diferença evidente de género na literacia financeira que visa as mulheres, considerando a educação financeira como solução simples a adotar. Contudo, devido aos diferentes contextos ambientais e estilos de aprendizagem, deve-se perceber que tipos de programas são mais adequados, sendo difícil responder a esta situação, porque existe uma enorme escassez de investigação académica consistente, acerca de programas de educação financeira dirigidos a mulheres. E, mesmo quando existem avaliações qualitativas ou quantitativas relevantes, poucos analisam explicitamente o potencial da educação financeira para reduzir o *gap* de género, limitando-se na sua maioria a examinar os resultados apenas para mulheres, em vez de os comparar com os dos homens (Hung et al., 2012).

Por outro lado, acredita-se que a literacia financeira tem impacto significativo nas decisões de investimento de ambos os géneros, contudo no momento de investir os homens tendem a valorizar mais o seu conhecimento e a desvalorizar três atitudes: a aversão ao risco; a análise ao comportamento da generalidade dos investidores; e o efeito de disposição em vender ou manter os seus ativos em função das probabilidades de ganhos ou perdas. Por sua vez, as mulheres têm um comportamento mais emocional, integrando não só os seus conhecimentos como também as atitudes necessárias para investirem com mais segurança (Adil et al., 2022).

O mesmo princípio é refutado por outros investigadores que afirmam que, em contraste com a literacia financeira baseada no conhecimento, os comportamentos e atitudes financeiras das mulheres revelam-se, de forma geral, mais favoráveis do que os dos homens, nomeadamente por serem mais ponderadas e atuarem de forma mais premeditada (Okamoto et al., 2021).

Especificamente em Portugal, o Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa, publicado em 2023, considera que, estatisticamente, os indivíduos do sexo masculino apresentam um indicador global de literacia financeira superior ao do sexo feminino, devido a melhores resultados nos conhecimentos financeiros. Contudo, não existem diferenças de género significativas nas atitudes e comportamentos financeiros. Também em relação ao género, não se identificam diferenças significativas no indicador de bem-estar financeiro e respetivas componentes (Todos contam, 2025).

Por fim, no que respeita às decisões de investimento, acredita-se que género influencia as decisões individuais de investimento, sendo que as mulheres tendem a ter uma menor tolerância ao risco que os homens, evitando, geralmente, opções de investimento de alto risco, no qual os padrões de investimento são moldados por expectativas culturais e por estereótipos de género tradicionais (Lusardi et al., 2014). Em alguns estudos, as mulheres foram subestimadas pelos investigadores, no que toca à sua relevância no processo de tomada de decisão de investimento, por enfrentarem estigmas sociais que poderão ter tido um impacto significativo nas suas escolhas financeiras. Todavia, no estudo conduzido pela investigadora Sengupta (2024), constata-se que as mulheres tendem a adotar atitudes mais avessas ao risco do que os homens no que diz respeito às suas atividades financeiras e, fica evidente uma disparidade marcante nas opções de investimento e, um nível de tolerância ao risco claramente distinto entre investidores do sexo masculino e feminino.

Com base nesta revisão, verifica-se que poderão existir indicadores estatísticos que evidenciam que as mulheres têm menos conhecimentos financeiros que os homens, mas estão preparadas em termos comportamentais para atuar de forma mais assertiva e consciente em matéria de investimentos ou poupança, tendo uma maior aversão ao risco, logo menor propensão para investir.

Face às evidências apresentadas, torna-se pertinente verificar se as tendências identificadas na literatura se confirmam no contexto do presente estudo. Assim, com base nos dados e reflexões identificados, foram definidas duas hipóteses de investigação que visam avaliar as diferenças de género tanto ao nível do conhecimento financeiro como do comportamento face ao risco e à decisão de investir:

Hipótese 1: Homens e mulheres evidenciam níveis distintos de conhecimento em literacia financeira.

Hipótese 2: A aversão ao risco e a propensão para investir variam em função do género.

3.2. Relação entre conhecimento e comportamento em literacia financeira e a idade

No âmbito do estudo, é igualmente importante perceber o que se enfatiza em relação à idade nos conhecimentos e comportamentos em literacia financeira, assim, resume-se abaixo o resultado da literacia financeira nesta matéria.

A idade realmente importa? Sim, de acordo com estudos focados no conhecimento financeiro, a experiência e o conhecimento adquirido aumentam com a idade em detrimento do raciocínio lógico ou adaptação a novas situações. Tendo como base as variáveis da gestão financeira pessoal: créditos, empréstimos, investimento, entre outros, constata-se que os adultos de meia-idade, em comparação com os mais jovens ou mais velhos, fazem escolhas mais assertivas que implicam o pagamento de taxas de juro mais baixas com menos comissões, ou tem maior retorno nos investimentos. De acordo com esta análise, considera-se que a população jovem embora com mais capacidade analítica, tem menos experiência e a população mais idosa apresenta mais experiência, mas demonstra menor capacidade intelectual (Henager-Greene et al., 2016).

Considera-se que, desde a idade escolar, devem ser veiculados os conceitos de literacia financeira, para que as crianças e jovens possam desenvolver competências nesta área, uma vez que é muito baixa em jovens adultos e, quando a base de partida de conhecimento é reduzida, há uma tendência para não aumentar significativamente com a idade ou entre gerações (Lusardi et al., 2011). Defendendo-se que a compreensão em literacia financeira é especialmente importante para os *millennials*, conhecidos por serem consumistas e por apresentarem uma capacidade de gestão financeira deficiente (Baptista et al., 2021).

E, constata-se que, embora a idade esteja associada a um aumento da literacia financeira, a taxa de crescimento diminui entre a população mais idosa, mas a confiança na gestão financeira não decresce, mesmo com a diminuição da literacia financeira associada ao declínio cognitivo, o que pode refletir crenças sobre a experiência acumulada ou uma relutância em aceitar o declínio das capacidades cognitivas devido ao envelhecimento natural (Okamoto et al., 2021).

No mesmo âmbito, reforça-se que o conhecimento e comportamento em literacia financeira aumenta até uma faixa etária entre os 41 e os 60 anos, diminuindo após esta idade. Uma tendência que poderá ser explicada pela acumulação progressiva de conhecimento ao longo da vida, que atinge um ponto de limite, seguido de regressão, possivelmente associada ao envelhecimento cognitivo, podendo refletir efeitos geracionais, uma vez que, os mais

idosos não tiveram contacto prévio com os serviços financeiros e respetivo grau de complexidade atualmente existentes (Monticone, 2010).

Em relação à idade, percebe-se que há um alinhamento nas conclusões dos vários estudos, entendida também por outros investigadores que afirmam que existe uma relação significativa entre o envelhecimento e o declínio do conhecimento financeiro. Os resultados deste estudo sugerem que a diminuição natural da inteligência fluida — responsável pelo raciocínio lógico e pela resolução de problemas novos —, bem como da inteligência cristalizada — relacionada com conhecimento e as competências adquiridas ao longo da vida —, desempenha um papel determinante na redução dos níveis de literacia financeira entre os mais idosos. Este fenómeno ajuda a explicar que, apesar da experiência acumulada, muitos indivíduos de idade mais avançada revelam dificuldades crescentes na gestão das suas finanças pessoais. Tal constatação reforça a importância de estratégias de apoio contínuo à tomada de decisão financeira na terceira idade, tendo em conta os efeitos inevitáveis do declínio cognitivo ao longo do ciclo de vida (Finke et al., 2016).

Relativamente a Portugal, o Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa, referido anteriormente, conclui que os indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos são os que têm os indicadores mais elevados relacionados com os conhecimentos em literacia financeira, contudo a exceção reside no indicador de comportamentos financeiros, cuja a idade entre os 55 e os 69 anos é a que apresenta melhores resultados. Também a resiliência financeira é referida do respetivo relatório, onde se ressalta que evolui com a idade, mas não se verificam diferenças significativas nos limiares etários. Relativamente às finanças digitais, são os indivíduos idosos que apresentam mais dificuldade, devido ao acesso limitado à internet bem como as competências técnicas que lhes permita estar presentes nos canais digitais (Todos contam, 2025).

Tendo em consideração a informação apresentada, que evidencia diferenças nos níveis de conhecimento e comportamento em literacia financeira entre grupos etários distintos, torna-se pertinente testar estas variações, formulando-se a seguinte hipótese:

Hipótese 3: Existe uma relação entre a idade e os níveis de conhecimento e comportamento em literacia financeira.

3.3. A predominância entre as variáveis sociodemográficas e a literacia financeira

Considerando as variáveis independentes analisadas, importa compreender o que a literatura científica revela sobre a predominância dos fatores sociodemográficos – nomeadamente o género e a idade – na influência dos níveis de conhecimento e comportamento em literacia financeira, identificando se algum destes fatores assume um peso mais significativo.

A relação entre os fatores sociodemográficos – nomeadamente a idade e o género – e a literacia financeira tem sido objeto de investigação em diferentes países, com resultados variados consoante os contextos culturais e económicos. Em alguns estudos, não se verifica uma predominância clara de um destes fatores em relação ao outro. Por exemplo, na Turquia, os dados não evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre género e idade, no que respeita ao nível de literacia financeira dos indivíduos (Düzakin et al., 2021). De forma semelhante, um estudo realizado na Índia concluiu que tanto o sexo como a idade influenciam positivamente os níveis de literacia financeira, não se conseguindo determinar qual dos dois fatores exerce maior impacto (Chhillar et al., 2024). Contudo, em outros países, observa-se uma influência mais acentuada de uma variável em detrimento da outra. Por exemplo, na Croácia, os dados sugerem que a idade, em articulação com as habilitações literárias e o rendimento, tem um peso mais significativo na explicação dos comportamentos financeiros, ao passo que o sexo não se revela determinante (Bujan et al., 2016). E, na Finlândia, os resultados indicam que, embora as mulheres apresentem melhores níveis de literacia financeira, é a variável idade que mais se associa a comportamentos financeiros adequados, evidenciando-se uma maior maturidade financeira em faixas etárias superiores (Vaahtoniemi et al., 2023).

Esta tendência é validada por outros estudos, que reforçam o papel determinante da idade na literacia financeira e nos comportamentos associados, especialmente entre os adultos em fases intermédias da vida. Um dos estudos analisados, revela precisamente que a idade exerce uma influência mais significativa na literacia financeira, sendo os indivíduos entre os 30 e os 60 anos que apresentam níveis mais elevados neste domínio. Embora o sexo também se revele um fator relevante, o seu impacto é menos expressivo quando comparado com a idade ou com outras variáveis, tais como o nível de escolaridade ou o rendimento familiar (Castañeda et al., 2022).

Por outro lado, alguns investigadores defendem que o género constitui o fator predominante nos níveis de literacia financeira, enquanto a idade não se revela particularmente influente neste domínio. Assim, sustentam que o impacto da idade é pouco expressivo quando comparado com o efeito do género (Potrich et al, 2015).

Em Portugal, embora a literatura reconheça a relevância de ambos os fatores sociodemográficos — género e idade — na influência do conhecimento e do comportamento financeiro, não foram identificados, nesta revisão, estudos que determinem de forma clara qual destes fatores exerce um impacto mais significativo na literacia financeira. Esta lacuna evidencia a necessidade de investigação adicional e justifica a formulação de uma hipótese que procure clarificar a predominância relativa entre estas variáveis no contexto nacional:

Hipótese 4: Existe predominância de uma das variáveis sociodemográficas – género e idade – na determinação dos níveis de literacia financeira.

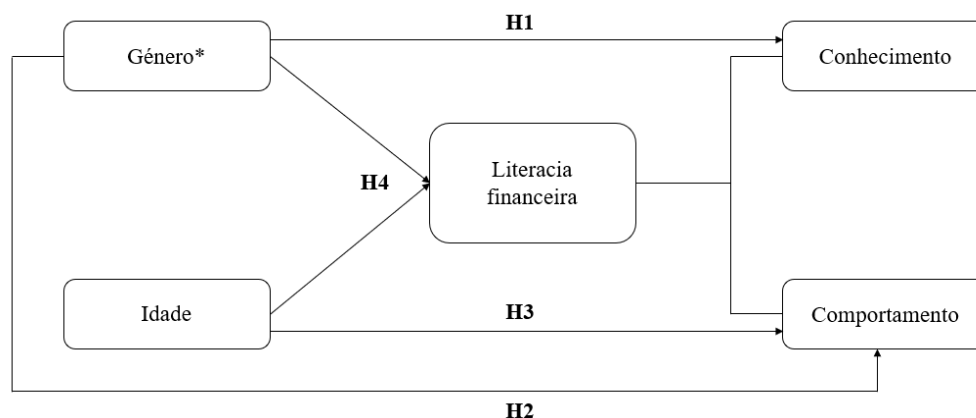
3.4. Modelo de Investigação

Tendo por base as hipóteses formuladas e a revisão da literatura realizada, apresenta-se de seguida o modelo conceptual que orienta a presente investigação, procurando ilustrar as relações esperadas entre as variáveis sociodemográficas e os níveis de literacia financeira, tanto ao nível do conhecimento como do comportamento.

A Figura 1 representa a relação entre as variáveis e respetivas hipóteses de investigação.

Figura 1

Modelo concetual



Nota: *Género mencionado no Cartão de Cidadão

Fonte: Elaboração própria

4. Enquadramento metodológico

Na perspetiva de Bloise (2020), a metodologia científica, dedica-se ao estudo da realidade empírica, percebendo-se que numa investigação, o objetivo principal é a produção de conhecimento, através de uma abordagem sistemática e reflexiva, para aprofundar a compreensão sobre um tema específico e aspetos ainda pouco explorados ou insuficientemente compreendidos.

Este estudo enquadra-se numa investigação quantitativa, descritiva e correlacional, de natureza transversal. Foi adotada uma abordagem quantitativa para medir objetivamente as variáveis e analisar estatisticamente os dados recolhidos. Trata-se de um estudo descritivo que visa caracterizar o nível de literacia financeira dos participantes, através de duas dimensões em simultâneo: o conhecimento e o comportamento, assumindo um carácter correlacional porque procura identificar relações estatisticamente significativas entre as variáveis sociodemográficas – género e idade –, os níveis de literacia financeira e os seus componentes.

A recolha de dados ocorreu num único momento, o que confere ao estudo uma estrutura transversal. Na análise dos dados, recorreram-se a técnicas estatísticas de análise fatorial exploratória e confirmatória, testes de fiabilidade (alfa de Cronbach), *testes t* para amostras independentes, análises de variância (ANOVA), correlação e regressão linear múltipla, possibilitando assim uma compreensão abrangente dos padrões existentes na amostra.

4.1. Método de amostragem

A amostragem seguiu uma abordagem não probabilística, estratificada por conveniência, tendo-se procurado assegurar a diversidade quanto ao género, idade, habilitações literárias e região de residência. O tamanho da amostra foi determinado com base nas recomendações de Tabachnick e Fidell (2013), que sugerem um mínimo de cinco a dez participantes por variável observada. Considerando os 25 itens do instrumento de medida, estabeleceu-se como meta mínima a obtenção de, pelo menos, 250 respostas.

Adicionalmente, foi realizada uma análise de poder estatístico a priori com recurso ao software G*Power, tendo-se assumido um nível de significância de 0.05, um poder estatístico mínimo de 0.80 e um tamanho do efeito médio. Os resultados confirmaram que uma amostra com cerca de 300 participantes seria suficiente para assegurar a robustez das análises previstas.

Este número foi amplamente ultrapassado, uma vez terem sido recolhidos 679 questionários.

4.2. Participantes

A amostra é composta por 679 pessoas de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos ($M = 36.15$; $DP = 11.02$). A Tabela 1 apresenta os dados relativos ao perfil sociodemográfico dos participantes.

Tabela 1

Caracterização da amostra

Variáveis sociodemográficas	n (%)
Sexo mencionado no Cartão de Cidadão	
Masculino	297 (43.7%)
Feminino	382 (56.3%)
Faixa etária ($M = 36.15$; $DP = 11.02$)	
Menor ou igual a 25 anos	160 (23.6%)
Entre 26 e 35 anos	157 (23.1%)
Entre 36 e 45 anos	185 (27.2%)
Maior ou igual a 46 anos	177 (26.1%)
Habilitações literárias	
Inferior a licenciatura	329 (48.5%)
Licenciatura	257 (37.8%)
Superior a licenciatura	93 (13.7%)
Situação profissional	
Estudante	51 (7.5%)
Desempregado(a)	39 (5.7%)
Trabalhador(a) por conta de outrem	450 (66.3%)
Trabalhador por contra própria	62 (9.1%)
Funcionário público	77 (11.3%)
Estado civil	
Solteiro(a)	281 (41.4%)
Casado(a)	232 (34.2%)
União de facto	103 (15.2%)
Divorciado(a)	63 (9.3%)
Agregado familiar	
1 pessoa	87 (12.8%)
2 pessoas	192 (28.3%)
3 pessoas	182 (26.8%)
4 pessoas	168 (24.7%)
5 pessoas ou mais	50 (7.4%)

Tabela 1*Caracterização da amostra (continuação)*

Variáveis sociodemográficas	n (%)
Região administrativa de residência (NUTS II)	
Norte	151 (22.2%)
Centro	129 (19.0%)
Área Metropolitana de Lisboa	318 (46.8%)
Alentejo	17 (2.5%)
Algarve	13 (1.9%)
Açores	19 (2.8%)
Madeira	32 (4.7%)

Fonte: Elaboração própria

4.3. Instrumento de recolha de dados

O inquérito por questionário foi elaborado especificamente para este estudo, tendo por base as temáticas mais relevantes identificadas na revisão da literatura sobre literacia financeira, com particular destaque nas dimensões do conhecimento e do comportamento financeiro.

O instrumento integrou um total de 25 itens, 16 pertencentes à dimensão conhecimento financeiro (e.g., *Conheço a diferença entre remuneração bruta e remuneração líquida*) e nove referente à dimensão comportamento financeiro (e.g., *Tenho uma reserva de emergência para imprevistos*). As respostas foram dadas através de uma escala de *Likert* de cinco pontos, que oscilou entre Discordo totalmente (1) e Concordo totalmente (5) consoante o grau de concordância dos participantes face às afirmações apresentadas.

O inquérito foi estruturado de forma a intercalar itens referentes ao conhecimento e ao comportamento financeiro, para identificar possíveis discrepâncias entre o que as pessoas dizem conhecer (saber-saber) e o que efetivamente fazem (saber-fazer). Para o efeito recorreu-se ao site <https://www.random.org/lists/>.

Com o objetivo de enriquecer a análise e caracterizar a amostra em estudo foram, ainda, incluídas oito questões de natureza sociodemográfica (e.g., sexo, idade, habilitações literárias) para permitir futuras investigações com variáveis moderadoras.

4.4. Procedimento

A recolha de dados foi realizada através de um inquérito por questionário, como referido anteriormente. Os itens e as questões relativas à caracterização sociodemográfica, foram

inseridos na plataforma *Google Forms*. A ligação de acesso foi posteriormente partilhada por correio eletrónico com a rede de contactos do investigador. Previamente à participação, todos os respondentes foram devidamente informados quanto aos objetivos do estudo, sendo-lhes também assegurado o carácter voluntário da sua colaboração. Reforçou-se o compromisso com a proteção dos dados pessoais, garantindo-se o cumprimento integral das disposições constantes no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), designadamente no que respeita ao anonimato e à confidencialidade da informação recolhida. A análise estatística dos dados foi realizada com recurso ao software IBM SPSS Statistics (versão 29) e AMOS (versão 30).

5. Análise e discussão dos resultados

Numa primeira fase apresentam-se os procedimentos realizados para avaliar as propriedades psicométricas do instrumento, com o objetivo de assegurar a sua fiabilidade e validade interna. Deste modo, foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP), que visou a redução da dimensionalidade dos dados e a identificação da estrutura subjacente às variáveis em estudo. Complementarmente, procedeu-se à realização de uma análise fatorial confirmatória (AFC), com o intuito de testar empiricamente o ajustamento do modelo teórico proposto aos dados observados. Após a validação dos instrumentos, as hipóteses de investigação foram examinadas através de análises de regressão linear múltipla e de um modelo de equações estruturais (SEM – Structural Equation Modeling).

5.1. Indicadores psicométricos

A estrutura interna do instrumento foi analisada através de uma ACP com rotação varimax, conforme recomendado por Hair et al. (2019). A adequação da matriz de correlações foi previamente verificada com recurso ao índice de *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO = 0.90$) e ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2_{(231)} = 6923.462, p < 0.001$). Estes indicadores revelaram uma adequação estatisticamente significativa dos dados à análise fatorial (Shrestha, 2021).

A extração dos componentes foi forçada a dois fatores, com base num critério *a priori* sustentado na estrutura concetual do instrumento, que distingue duas dimensões fundamentais da literacia financeira: o conhecimento e o comportamento. Esta decisão metodológica segue a recomendação de Brown (2009), que defende a possibilidade de fixar previamente o número de fatores a extrair, desde que existam fundamentos teóricos sólidos que justifiquem essa escolha. Esta abordagem visa garantir a coerência entre a análise estatística e o modelo teórico subjacente, favorecendo a validade concetual da estrutura obtida. Os dois fatores extraídos explicam 45.99% da variância total, um valor ligeiramente inferior ao proposto por Marôco (2021a). O primeiro fator com um *eigenvalue* de 8.09, engloba os itens relacionados com os conhecimentos financeiros; enquanto o segundo fator (*eigenvalue* = 2.02) agrega predominantemente os itens que avaliam os comportamentos de literacia financeira. Importa salientar que durante a análise verificou-se que três dos itens apresentavam *loadings* abaixo de 0.40 pelo que foram eliminados.

A fiabilidade foi avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach, cujos valores se revelaram bastante satisfatórios tanto para o constructo literacia financeira ($\alpha = 0.91$) como

para as suas dimensões (conhecimento financeiro: $\alpha = 0.90$; Comportamento financeiro: $\alpha = 0.75$). De acordo com Fullmer & Daniel (2020), valores iguais ou superiores a 0.70 são indicativos uma adequada consistência interna.

Posteriormente, procedeu-se à realização de uma análise fatorial confirmatória (AFC), com o intuito de verificar se as variáveis observadas representavam de forma adequada os fatores latentes subjacentes às dimensões teóricas em estudo (Alavi et al., 2020). Para o efeito, consideraram-se os indicadores apresentados na Tabela 2.

Tabela 2

Valores de referência dos indicadores de qualidade de ajustamento

Indicadores	Valores de referência
<i>Akaike Information Criterion</i> (AIC)	Valores baixos indicam melhor ajustamento
<i>Expected Cross-Validation Index</i> (ECVI)	Valores baixos indicam melhor ajustamento
<i>Goodness of Fit Index</i> (GFI)	Superior a 0.90
Qui-Quadrado (χ^2)	Inferior a 5
<i>Root Mean Square Error of Approximation</i> (RMSEA)	Inferior a 0.08
<i>Root Mean Square Residual</i> (RMSR)	Inferior a 0.08
<i>Tucker-Lewis Index</i> (TLI)	Superior a 0.90

Fonte: Adaptado de Marôco (2021b, p. 55)

Os resultados evidenciaram que, após a covariação dos erros sugerida pelos índices de modificação do AMOS, a estrutura de dois fatores é a que apresenta um melhor ajustamento aos dados da amostra [$\chi^2_{(199)} = 3.89, p < 0.001, CFI = 0.92, TLI = 0.90, SRMR = 0.05, RMSEA = 0.06, LO90 = 0.06, HI90 = 0.07$]. A consistência do modelo é também corroborada pelos índices AIC (885.83) e ECVI (1.30), cujos valores baixos indicam uma melhor capacidade preditiva.

Tabela 3

Medidas de ajustamento do modelo

	χ^2/df	CFI	TLI	RMSR	RMSEA	LO90	HI90	AIC	ECVI
1 fator	10.37	0.71	0.68	0.08	0.11	0.11	0.12	2256.55	3.32
2 fatores	5.78	0.85	0.83	0.06	0.08	0.07	0.08	1278.95	1.88
Covariação dos erros sugerida pelos índices de modificação do AMOS									
	χ^2/df	CFI	TLI	RMSR	RMSEA	LO90	HI90	AIC	ECVI
1 fator	8.05	0.78	0.75	0.06	0.10	0.09	0.10	1765.60	2.60
2 fatores	3.89	0.91	0.90	0.05	0.06	0.06	0.07	885.83	1.30

Fonte: Elaboração própria

5.2. Verificação das hipóteses de investigação

As hipóteses foram testadas através de testes de comparação de médias – testes t e ANOVA – e análises de regressão linear múltipla. Recorreu-se, ainda, à modelação por equações estruturais, com estimativa de máxima verosimilhança, para avaliar simultaneamente as relações entre as variáveis latentes e as variáveis manifestas, bem como para analisar o ajustamento global do modelo teórico proposto aos dados empíricos.

A **Hipótese 1** em que homens e mulheres evidenciam níveis distintos de conhecimento de literacia financeira, foi validada através da análise dos dados (Tabela 4). Os resultados demonstram que os homens apresentam valores médios mais elevados do que as mulheres no que diz respeito ao conhecimento em literacia financeira, sendo essas diferenças estatisticamente significativas [$t_{(677)} = 3.855, p < 0.001$].

Tabela 4

Comparação do nível de conhecimento em literacia financeira segundo o sexo dos participantes

	Homens		Mulheres		<i>t test</i>	<i>Sig.</i>
	M	DP	M	DP		
Conhecimento em literacia financeira	3.64 ¹	0.75	3.42 ¹	0.74	3.855	0.001**

Nota: ¹Escala de *Likert* que varia entre 1 a 5; M = Média; DP = Desvio-padrão; ** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração própria

Também se apurou que a aversão ao risco e a propensão para investir, refletidas no comportamento financeiro não variam em função do sexo, o que não permitiu confirmar empiricamente a **Hipótese 2** [$t_{(677)} = - 0.756, p = 0.450$]. Apesar das diferenças não serem estatisticamente significativas, as mulheres apresentam valores médios ligeiramente superiores aos dos homens (Tabela 5).

Tabela 5

Comparação do comportamento em literacia financeira segundo o sexo dos participantes

	Homens		Mulheres		<i>t test</i>	<i>Sig.</i>
	M	DP	M	DP		
Comportamento em literacia financeira	3.54 ¹	0.82	3.59 ¹	0.76	0.756	0.450

Nota: ¹Escala de *Likert* que varia entre 1 a 5; M = Média; DP = Desvio-padrão

Fonte: Elaboração própria

Verificou-se, ainda, que existe uma relação positiva entre a idade e os níveis de conhecimento e de comportamento em literacia financeira, o que corroborou a **Hipótese 3** (Tabela 6). A relação mais expressiva foi observada entre o conhecimento e o comportamento em literacia financeira ($r = 0.504$), evidenciando que participantes com maior domínio teórico tendem a adotar práticas financeiras mais adequadas. Relativamente à variável idade, destacou-se a correlação com o **conhecimento financeiro** ($r = 0.222$), indicando que os indivíduos mais velhos tendem a apresentar níveis superiores de literacia financeira.

Tabela 6

Estatística descritiva e correlações entre a idade, o conhecimento e o comportamento em literacia financeira

	M	DP	1	2
Idade	36.15	11.02	-	
Conhecimento em literacia financeira	3.49 ¹	0.87	0.222**	-
Comportamento em literacia financeira	3.57 ¹	0.79	0.091*	0.504**

Nota: ¹Escala de *Likert* que varia entre 1 a 5; M = Média; DP = Desvio-padrão; * $p < 0.05$; ** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração própria

Face aos resultados obtidos, considerou-se relevante analisar se os níveis de conhecimento e comportamento em literacia financeira diferem em função da idade. Para tal, recorreu-se a uma análise de variância (ANOVA), que revelou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários relativamente ao conhecimento em literacia financeira ($F_{(3,675)} = 10.365$; $p < 0.001$). Por outro lado, não se observaram diferenças significativas no comportamento financeiro entre as diferentes faixas etárias ($F_{(3,675)} = 1.388$; $p = 0.245$). Não obstante, verificou-se que em ambas as dimensões os participantes de maior idade apresentaram os valores médios mais elevados (Tabela 7).

Tabela 7

Comparação do conhecimento e do comportamento em literacia financeira de acordo com a idade dos participantes

	≤ a 25 anos		26 a 35 anos		36 a 45 anos		≥ a 46 anos		<i>F</i>	<i>Sig.</i>
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
Conhecimento em literacia financeira	3.24 ¹	0.95	3.42	0.88	3.52	0.84	3.75	0.75	10.365	0.001**
Comportamento em literacia financeira	3.49 ¹	0.80	3.51	0.82	3.61	0.75	3.64	0.79	1.388	0.245

Nota: ¹Escala de *Likert* que varia entre 1 a 5; M = Média; DP = Desvio-padrão; * $p < 0.05$; ** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração própria

Por último, procurou-se apurar qual das variáveis sociodemográficas – género e idade – exerce maior influência nos níveis de literacia financeira dos participantes. Neste âmbito, foi realizada uma análise de regressão linear múltipla. O modelo revelou-se linear e estatisticamente significativo ($F_{(2,676)} = 23.376$; $p < 0,001$), explicando 6.2% da variância observada nos níveis de literacia financeira (Tabela 8). O género apresentou um efeito negativamente significativo ($\beta = - 0.150$; $p < 0.001$), o que sugere que os homens tendem a apresentar níveis mais elevados de literacia financeira do que as mulheres. A idade, por sua vez, apresentou um efeito positivo e igualmente significativo ($\beta = 0.208$; $p < 0,001$) evidenciando que os níveis de literacia financeira aumentam com o avançar da idade. Estes resultados permitiram suportar a **Hipótese 4**.

Tabela 8

Influência do sexo e da idade nos níveis de literacia financeira

Variáveis predictoras	Níveis de literacia financeira
Sexo ¹	- 0.150 **
Idade	0.208**
R ² ajustado	0.062
$F_{(2, 676)}$	23.376**

Nota: ** $p < 0.001$; ¹Sexo: 0 = Masculino; 1 = Feminino

Fonte: Elaboração própria

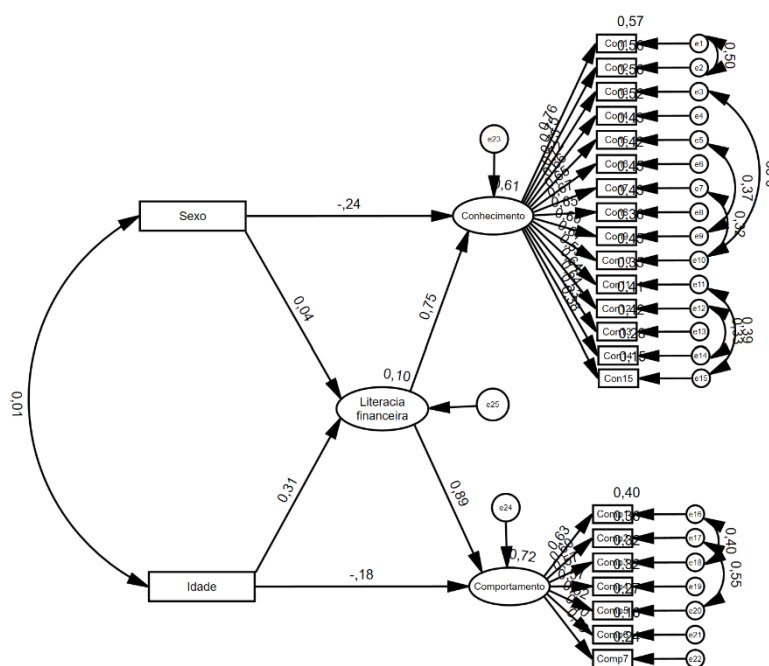
5.3. Modelo de equações estruturais

O modelo teórico foi testado através de uma análise de equações estruturais, considerando a literacia financeira como construto latente de segunda ordem, composto pelas

dimensões: o conhecimento e o comportamento financeiro. O ajustamento global do modelo, aos dados da amostra, revelou-se satisfatório, com indicadores de ajustamento dentro dos valores de referência propostos na literatura (Hair et al., 2019; Marôco, 2021b). O quociente qui-quadrado/g1 ($\chi^2/df = 3.78$) encontra-se abaixo do limite máximo admissível de 5, e os índices de ajustamento incremental apresentam valores próximos ou superiores ao ponto de corte de 0.90 (GFI = 0.89; CFI = 0.90; TLI = 0.88). Adicionalmente, o índice de erro de aproximação (RMSEA = 0.06; IC90% [0.060–0.069]) encontra-se dentro do intervalo considerado aceitável (inferior a 0.08), indicando um bom ajustamento do modelo à amostra.

Figura 2

Modelo de regressão linear múltipla entre o sexo, a idade



Fonte: Elaboração própria

5.4. Síntese interpretativa dos resultados

Em síntese, realiza-se a interpretação e análise crítica dos principais resultados alcançados neste estudo, considerando as hipóteses levantadas e a literatura científica previamente concretizada. O objetivo é, portanto, compreender até que ponto os dados empíricos obtidos comprovam ou contrariam as teorias já existentes, além de reconhecer padrões significativos e as suas implicações no contexto da literacia financeira. Esta reflexão possibilita validar os objetivos estabelecidos e contextualizar os resultados, ajudando a

aprofundar o entendimento sobre o impacto das variáveis sociodemográficas na literacia financeira em Portugal.

Os resultados alcançados nesta investigação permitem compreender de forma mais aprofundada a relação entre as variáveis sociodemográficas em estudo – o género e a idade – e os níveis de literacia financeira da população portuguesa, decomposta nos seus domínios fundamentais de conhecimento e comportamento.

Neste sentido, no contexto da pesquisa, foi verificado, conforme descrito na literatura (Coelho, 2020; Lusardi et al., 2014), que os homens demonstram níveis médios superiores de conhecimento em literacia financeira. Este resultado confirma a **Hipótese 1**, estando em concordância com as informações do relatório "Todos Contam" (2025), que para o contexto português, revelam diferenças estatisticamente significativas entre os géneros em relação ao conhecimento financeiro, mas um maior equilíbrio em relação ao domínio comportamental.

Relativamente à **Hipótese 2**, os dados não permitiram confirmar empiricamente uma diferença significativa na propensão para investir ou na aversão ao risco em função do género, apesar da literatura sugerir que as mulheres tendem a ser mais cautelosas nos investimentos (Barber et al., 2001; Sengupta, 2024). A ausência de significância estatística pode estar relacionada com variáveis mediadoras, como as habilitações literárias ou rendimento, não exploradas neste estudo.

No que respeita à idade, os resultados confirmam a **Hipótese 3**, uma vez que os indivíduos com o avançar da idade apresentam níveis mais elevados tanto em conhecimento como em comportamento financeiro, acentuando-se a partir dos 46 anos. Esta conclusão é coerente com os estudos de Henager-Greene et al. (2016) e Monticone (2010), que apontam a meia-idade como o período de maior literacia financeira, resultante da experiência acumulada e da exposição frequente a decisões económicas.

Por fim, no que diz respeito à **Hipótese 4**, os resultados indicam uma maior influência da idade face ao género, quando se consideram simultaneamente os níveis de conhecimento e comportamento em literacia financeira. Tal como referido por Castañeda et al. (2022), a idade tende a ser uma variável explicativa mais consistente, especialmente quando considerada em interação com fatores como o rendimento e os níveis de escolaridade. A literatura internacional é ambígua quanto à predominância entre estas variáveis (Potrich et al., 2015; Vaahtoniemi et al., 2023), mas em Portugal, como indicado na presente investigação, a idade revela-se ligeiramente mais preditiva dos níveis de literacia financeira.

6. Considerações finais

6.1. Conclusão

O presente estudo explorou a análise da relação entre o conhecimento e o comportamento em literacia financeira e os fatores sociodemográficos – género e idade – na população residente em Portugal. Nesse sentido, através de uma abordagem metodológica rigorosa e com uma amostra representativa, foi possível aferir que persistem disparidades relevantes nos principais domínios da literacia financeira, com implicações significativas para o crescimento económico individual e coletivo.

Os dados revelaram que, apesar de algumas melhorias conjunturais, Portugal continua a apresentar níveis de analfabetismo financeiro, sobretudo entre os mais jovens e em determinados subgrupos da população feminina, nomeadamente entre mulheres com escolaridade inferior, rendimentos mais baixos ou que demonstram menor confiança no manuseamento de conceitos financeiros, tal como evidenciado pelos resultados do estudo. Esta realidade exige uma ação urgente por parte das entidades educativas, políticas e sociais, com vista à criação de estratégias sustentadas de capacitação financeira, desde os primeiros anos de escolaridade até à idade adulta.

No que respeita à variável independente do género, a análise demonstrou que apesar de, em média, as mulheres apresentarem níveis de conhecimento financeiro ligeiramente inferiores aos dos homens, estas evidenciam comportamentos mais cautelosos e conscientes, revelando uma maior propensão para estratégias de baixo risco e uma atitude mais ponderada face à gestão financeira pessoal. Esta constatação, longe de refletir uma menor competência, indica antes uma forma distinta de abordar a literacia financeira, baseada numa racionalidade prudente e numa leitura sensível do contexto económico-familiar. Neste sentido, importa sublinhar que a valorização das mulheres em matéria de literacia financeira constitui não apenas uma questão de equidade, mas também uma alavanca decisiva para o progresso económico e social.

Sendo corresponsáveis ou tendo um papel mais ativo na gestão do orçamento familiar, as mulheres desempenham um papel fundamental na educação financeira dos filhos e na transmissão entre gerações de comportamentos responsáveis. O desenvolvimento das competências nesta área, poderá fomentar uma maior estabilidade financeira das famílias, redução da aversão ao risco em matéria de investimentos e a promoção de uma maior autonomia com o objetivo de crescimento económico de longo prazo. Assim, é imperativo que

as políticas públicas integrem medidas específicas de promoção da literacia financeira no universo feminino, são só através de programas direcionados, como também na inclusão de mulheres em processos participativos de educação e formação económica.

Embora este aspeto não tenha sido diretamente abordado no presente estudo, importa destacar que, em contextos de baixos rendimentos, as mulheres tendem a encontrar-se em situações de dependência económica face aos seus companheiros, o que poderá restringir a sua autonomia na tomada de decisões financeiras. Esta constatação é sustentada pela literatura, que identifica as interrupções na vida profissional e encargos familiares, como fatores que limitam a capacidade das mulheres para acumular poupanças e realizar investimentos de forma consistente (Lusardi et al., 2008). Esta realidade, revela-se particularmente preocupante no contexto português, onde subsistem assimetrias estruturais nas relações económicas dentro do agregado familiar. A ausência de rendimentos próprios ou de competências financeiras consolidadas conduz muitas vezes a uma marginalização da mulher, sujeitando-a às escolhas económicas impostas por terceiros, o que perpetua ciclos de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade. Assim, investir na literacia financeira feminina e na sua capacitação económica poderá assumir um papel emancipador, permitindo às mulheres não apenas uma maior participação na gestão dos recursos familiares, mas também ruturas com padrões de dependência que comprometem o seu bem-estar e o das gerações futuras. Este é, por isso, um eixo fundamental de atuação que merece ser aprofundado em estudos futuros e considerado com seriedade nas políticas públicas de combate à desigualdade.

Em relação à variável independente da idade, observou-se neste estudo que, com o avançar da mesma, os indivíduos tendem a melhorar os seus níveis de literacia financeira, o que se traduz em decisões mais eficazes na gestão de crédito, poupança e investimento. Esta evolução positiva poderá estar associada a uma exposição prolongada de experiências económicas específicas, ou aprendizagens acumuladas ao longo da vida adulta. Por outro lado, os jovens adultos demonstram dificuldades, sobretudo na compreensão de conceitos fundamentais como taxas de juro, inflação e diversificação de risco, o que os torna mais vulneráveis nas decisões financeiras desfavoráveis, como por exemplo o sobre-endividamento ou ausência de planeamento orçamental. Este desequilíbrio geracional é particularmente preocupante num contexto económico e social cada vez mais complexo, onde os jovens são chamados a tomar decisões financeiras relevantes em idades cada vez mais precoces.

Contudo, questiona-se porque razão os adultos mais preparados financeiramente não desempenham um papel mais ativo na capacitação dos mais jovens, seja em contexto familiar, educativo ou profissional. A ausência desta transmissão de saber financeiro entre gerações constitui um défice crítico na articulação social do conhecimento, comprometendo o potencial de melhoria sustentada da literacia financeira nacional. A este fenómeno soma-se a influência das desigualdades sociais: indivíduos provenientes de classes mais favorecidas não só beneficiam de melhores condições de acesso à informação e formação, como poderão desenvolver práticas financeiras mais estruturadas desde cedo. No sentido oposto, os jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis acumulam desvantagens, podendo não ter o apoio geracional necessário para compensar essas dificuldades. Assim, a idade e a classe social revelam-se fatores estruturantes e interdependentes, cuja interação deve ser cuidadosamente considerada na formulação de políticas públicas inclusivas e eficazes em literacia financeira e a ter em consideração em futuros estudos.

Neste cenário, é necessária uma aposta clara e precoce na formação financeira dos mais jovens, enquanto fator crítico de sucesso para o futuro da economia. As integrações efetivas da literacia financeira no currículo escolar, desde o 1.º ciclo, através de metodologias lúdicas, jogos didáticos e projetos práticos, são essenciais para criar hábitos de planeamento, poupança e avaliação de risco desde cedo. Do mesmo modo, importa reconhecer que, nos dias de hoje, as redes sociais desempenham um papel preponderante na formação de opiniões e comportamentos, especialmente entre os mais jovens, ultrapassando largamente o alcance tradicional dos meios de comunicação social. Esta realidade, visível até nas esferas política e cívica, reforça a necessidade de orientar os esforços de promoção da literacia financeira para estes canais digitais, onde os jovens estão mais presentes, mais recetivos e mais influenciáveis. Assim, torna-se essencial desenvolver conteúdos informativos acessíveis, apelativos e devidamente validados, capazes de circular nestas plataformas e contrariar a desinformação que por estas vias poderá proliferar, contribuindo para decisões financeiras mais conscientes e responsáveis, proporcionando uma aprendizagem mais informal, mas centrada nos aspetos essenciais.

Por fim, é de destacar que, a idade demonstrou ser um fator mais determinante do que o género na explicação dos níveis de literacia financeira. Esta conclusão, sustentada pelos resultados do estudo, indica que o progresso ao longo do ciclo de vida tende a traduzir-se em maior conhecimento e comportamento financeiro mais consolidado, independentemente das

diferenças que existem entre os géneros. É o avanço da idade que com mais clareza traduz a evolução da literacia financeira. Esta evidência sugere que as estratégias de promoção da literacia financeira não devem apenas ser sensíveis às questões de género, mas sobretudo adaptadas às fases da vida, com conteúdos, formatos e objetivos ajustados à maturidade e às necessidades específicas de cada grupo etário.

Com base nas conclusões do presente estudo, propõem-se as seguintes recomendações:

- Introduzir a literacia financeira nos currículos escolares desde o 1.º ciclo, com atividades práticas, jogos didáticos e abordagens lúdicas adaptadas à idade.
- Utilizar as redes sociais como principal canal de comunicação, criando conteúdos curtos, apelativos e validados para sensibilizar os jovens para a gestão financeira.
- Implementar programas de capacitação financeira dirigidos às mulheres, com enfoque nas que têm menores rendimentos ou escolaridade, promovendo autonomia e inclusão.
- Incentivar a partilha de conhecimento entre gerações, promovendo o papel dos adultos como agentes de educação financeira junto dos mais jovens.
- Desenvolver políticas públicas ajustadas à idade e à classe social, garantindo equidade no acesso à formação financeira e combatendo desigualdades estruturais.

Os resultados deste estudo vêm confirmar que a literacia financeira é um pilar essencial para o desenvolvimento pessoal e social. Ao identificar as desigualdades de género e idade como fatores de risco ou de oportunidade, contribui para uma leitura mais crítica e informada da realidade da população em Portugal. Assim, as recomendações apresentadas, poderão não só mitigar as fragilidades identificadas, como também lançar as bases para uma sociedade equilibrada, inclusiva e economicamente resiliente.

6.2. Contribuições teóricas e práticas

Do ponto de vista teórico, esta investigação contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a literacia financeira em Portugal, oferecendo dados empíricos atualizados sobre a forma como variáveis sociodemográficas influenciam o conhecimento e o comportamento financeiro. Alarga-se, assim, a discussão sobre o peso relativo de fatores como o género e a idade na composição da literacia financeira, permitindo uma compreensão mais segmentada das necessidades da população.

Em termos práticos, os resultados obtidos podem ser utilizados pelos intervenientes e decisores políticos, entidades educativas e instituições financeiras quanto à necessidade de desenvolver programas diferenciados de educação financeira, orientados para diferentes faixas etárias. Em particular, jovens adultos deverão ser alvo de intervenções específicas, dada a menor performance registada neste grupo. As diferenças comportamentais entre géneros, ainda que ligeiras, sugerem que as iniciativas de promoção de atitudes financeiras responsáveis devem considerar especificidades de género, sendo ajustadas às experiências e condições de vida de cada grupo. Importa, ainda, reforçar a necessidade de olhar com maior atenção para a população feminina, uma vez que estudos internacionais têm apontado para diferenças persistentes nos níveis de confiança, participação em produtos financeiros complexos e acesso a formação adequada (Lusardi et al., 2011; Zottel et al., 2013). Esta sensibilização é essencial para garantir uma intervenção mais equitativa e eficaz no reforço da literacia financeira.

6.3. Limitações e sugestões para investigações futuras

Apesar da relevância dos resultados alcançados, considera-se que esta pesquisa apresenta algumas limitações. Por exemplo, a utilização de uma amostra por conveniência pode prejudicar a generalização dos resultados, mesmo com a heterogeneidade sociodemográfica garantida. Refere-se também que o carácter transversal do estudo limita a possibilidade de estabelecer relações causais, bem como acompanhar a evolução temporal das variáveis em análise, não permitindo compreender de que forma a literacia financeira se altera ao longo do tempo em resposta a transformações de ordem pessoal, social ou económica.

Para investigações futuras, sugere-se a utilização de amostras probabilísticas e a inclusão de variáveis, tais como o nível de rendimento, a experiência profissional ou inclusive a região, como potenciais mediadoras das relações em estudo. Sugere-se também a realização de um estudo que evidencie se é o conhecimento ou o comportamento que têm maior impacto em literacia financeira. Além disso, estudos longitudinais poderiam oferecer uma compreensão mais robusta da evolução dos conhecimentos e comportamentos financeiros ao longo da vida, identificando momentos críticos para a intervenção educativa.

Referências

- Abdullah, A., Salleh, M. Z. M., Ismail, W. A. A. Z. W., Anuar, T. F. T. M., Simpong, D. B. B., Rahman, N. A., & Rasdi, S. A. B. M. (2024). Retirement Financial Planning: Strategies and Challenges in Avoiding the Incidence of Poverty. In *Artificial Intelligence (AI) and Customer Social Responsibility (CSR)* (pp. 101 – 109). Springer Nature Switzerland.
- Adil, M., Singh, Y., & Ansari, M. (2022). How financial literacy moderate the association between behaviour biases and investment decision? *Asian Journal of Accounting Research*, 7(1), 17–30. <https://doi.org/10.1108/AJAR-09-2020-008>
- Alavi, M., Visentin, D., Thapa, D., Hunt, G., Watson, R., & Cleary, M. (2020). Chi-square for model fit in confirmatory factor analysis. *Journal of Advanced Nursing*, 76(9), 2209-2211. <https://doi.org/10.1111/jan.14399>
- Andersson, P. (2021, novembro 24). *Devo fazer um PPR?* doutorfinanças. <https://www.doutorfinancas.pt/financas-pessoais/devo-fazer-um-ppr/>
- ASF (2022, julho 10). *Intervenção da Presidente da ASF no lançamento do Relatório do 1.º Inquérito sobre a Literacia Financeira de Empresários de Micro e Pequenas Empresas e os Desafios da COVID-19 em Portugal – 2021*. Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. <https://www.asf.com.pt/w/interven%C3%A7%C3%A3o-da-presidente-da-asf-no-lan%C3%A7amento-do-relat%C3%B3rio-do-1.%C2%BA-inqu%C3%A9rito-sobre-a-literacia-financeira-de-empres%C3%A1rios-de-micro-e-pequenas-empresas-e-os-desafios-da-covid-19-em-portugal-2021>
- Banco de Portugal. (2024, abril 16). *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa (2023)*. Banco de Portugal. <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/publicacao/relatorio-do-inquerito-literacia-financeira-da-populacao-portuguesa-2023>
- Banco de Portugal. (2023). *A importância da literacia financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva*. Banco de Portugal. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/newsletter_out-dez23_e.pdf
- Baptista, F. (2019). *A realidade portuguesa dos seguros de saúde* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/40217/1/ulfc125371_tm_Filipa_Baptista.pdf?utm

- Baptista, S., & Dewi, A. (2021). The Influence of Financial Attitude, Financial Literacy, and Locus of Control on Financial Management Behavior. *The Influence of Financial Attitude, Financial Literacy, and Locus of Control on Financial Management Behavior*, 5(1), 93–98. <https://ejournal.undiksha.ac.id/index.php/IJSSB/index>
- Barber, B. M., & Odean, T. (2001). Boys will be Boys: Gender, Overconfidence, and Common Stock Investment. *The Quarterly Journal of Economics*, 116(1), 261–292. <https://doi.org/10.1162/003355301556400>
- Benítez-Silva, H., Eren, S., Heiland, F., & Jiménez-Martín, S. (2015). How well do individuals predict the selling prices of their homes? *Journal of Housing Economics*, 29(1), 12–25. <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2015.04.001>
- Bloise, M. D. (2020). A importância da metodologia científica na construção da ciência. *Revista científica multidisciplinar*, 6(6), 105–122. [DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientific](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientific)
- Bongini, P., Cucinelli, D., & Soana, M. G. (2023). Insurance holdings: Does individual insurance literacy matter? *Finance Research Letters*, 58(C). <https://doi.org/10.1016/j.frl.2023.104511>
- Bonsang, E., & Costa-Font, J. (2020). Behavioral regularities in old age planning. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 173(1), 297–300. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2019.11.015>
- Bonsang, E., & Dohmen, T. (2015). Risk attitude and cognitive aging. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 112(1), 112–126. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2015.01.004>
- Brinca, P. M. S. (2019, junho 27). *Impacto do Crédito ao Consumo na Economia Portuguesa*. NOVA School of Business and Economics (NOVA SBE). <https://novaresearch.unl.pt/en/activities/impacto-do-cr%C3%A9dito-ao-consumo-na-economia-portuguesa>
- Brown, J. (2009). Statistics Corner. Questions and answers about language testing statistics: Choosing the right number of components or factors in PCA and EFA. Shiken: JALT Testing & Evaluation SIG Newsletter, 13(2), 19-23.
- Bucher-Koenen, T., Lusardi, A, Alssie, R, & Rooij, V. M. (2017). How Financially Literate Are Women? An Overview and New Insights. *The Journal of Consumer Affairs*, 51(2), 255–283. <https://www.jstor.org/stable/26627408>

- Bucher-Koenen, T., Alssie, R., Lusardi, A., & Rooij, V. M. (2021). Fearless Woman: Financial Literacy and Stock Market Participation. *National Bureau of Economic Research*. <https://doi.org/10.3386/w28723>
- Bhutoria, A., & Vignoles, A. (2018). Do Financial Education Interventions for Women from Poor Households Impact Their Financial Behaviors? *Journal of Research on Educational Effectiveness*, 11(3), 409–432. <https://doi.org/10.1080/19345747.2018.1465317>
- Bujan, I., Cerović, L., & Samaržija, N. D. (2016). Socio-demografske determinante financijske pismenosti građana Republike Hrvatske. *Ekonomski Pregled*, 67(3), 206-226. <https://hrcak.srce.hr/file/239193>
- Cabrita, A. (2020, junho 24). *Vantagens e desvantagens do crédito consolidado*. Doutor Finanças. <https://www.doutorfinancas.pt/creditos/vantagens-e-desvantagens-do-credito-consolidado/>
- Castañeda, F., Ormazábal, F., & Cisternas, C. (2022). Sociodemographic determinants of financial literacy levels. *Studies In Business And Economics*, 17(2), 44-61. <https://doi:10.2478/sbe-2022-0024>
- Castro, C., Figueiredo, J., Blanco, B., Pinto, C., Cordeiro, J., Gilvaz, P., Saraiva, R., Rocha, R. (2023, novembro 02). *Projeto de Resolução 952/XV/2*. Diário da Assembleia da República. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/15/02/029/2023-11-02/4?pgs=4-----6&org=PLC&plcdf=true>
- Centeno, M., Aguiar, M., C. & Souza, L., L. (2023). *Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2023*. Banco de Portugal. <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2024-04/relatorio4ilf2023.pdf>
- Chen, F., Yu, D., Magli, A. S., & Zijun, S. (2023). Investigating the associations of consumer financial knowledge and financial behaviors of credit card use. *Heliyon*, 9(1). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2022.e12713>
- Chhillar, N., Arora, S., & Chawla, P. S. (2024). Measuring Digital Financial Literacy: A Comparative Analysis. *International Journal of Banking, Risk and Insurance*, 12(1), 40-53. <https://doi.org/10.21863/ijbri/2024.12.sp.iss.005>
- Chong, K. F., Sabri, M. F., Magli, A. S., Abd Rahim, H., Mokhtar, N., & Othman, M. A. (2021). The effects of financial literacy, self-efficacy and self-coping on financial

- behavior of emerging adults. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 8(3), 905-915. <https://koreascience.kr/article/JAKO202106438543608.pdf>
- Coe, N. B., Skira, M. M., & Houtven, C. H. V. (2015). Long-term care insurance: Does experience matter? *Journal of Health Economics*, 40(1), 122-131. <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2015.01.001> [Get rights and content](#)
- Coelho, D. F. F. (2020). *Literacia Financeira e a sua influência no Consumo das Famílias: Estudo para Países da União Europeia no Século XXI* [Dissertação de mestrado]. Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/71296/1/Disserta%20a7%20a3%20Daniela%20Filipa%20Fernandes%20Coelho.pdf>
- Dewi, V. (2022). How do demographic and socioeconomic factors affect financial literacy and its variables? *Cogent Business & Management*, 9(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2022.2077640>
- Dias, A., Oliveira, A., Pereira, C., Abreu, M., Alves, P., Basto, R., Silva, R., & Narciso, S. (2013). *Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos*. Direção Geral de Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_de_educacao_financeira_a_final_versao_port.pdf
- Düzakin, H., & Yilmaz, S. (2021). The determinants of the level of financial literacy in turkey. *Copernican Journal of Finance & Accounting*, 10(1), 9–30. <https://doi.org/10.12775/CJFA.2021.001>
- ECO – Economia Online. (2024, dezembro 30). *A poupança e a literacia financeira em Portugal*. ECO – Economia Online. <https://eco.sapo.pt/2024/12/30/a-poupanca-e-a-literacia-financeira-em-portugal/>
- Expresso. (2024, fevereiro 23). *Portugueses são os segundos piores da UE em literacia financeira*. Expresso. <https://expresso.pt/economia/financas-pessoais/2024-02-23-Portugueses-sao-os-segundos-piores-da-UE-em-literacia-financeira-bdeda588>
- Ferreira, I. (2025, abril 08). *Estudo de docentes do IPV aponta para baixo nível de literacia financeira entre estudantes*. DãoDigital. https://www.daodigital.pt/noticia.php?Estudo_de_docentes_do_IPV_aponta_para_baixo_n%C3%ADvel_de_literacia_financeira_entre_estudantes&id=10281

- Finke, M. S., Howe, J. S., & Huston, S. J. (2016). Old Age and the Decline in Financial Literacy. *InformaPubsOnLine*, 63(1), 1-278. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2015.2293>
- Fullmer, S., & Daniel, D. (2020). *Psychometrics. The Students' Guide to Learning Design and Research*. TechBooks
- Galperti, S. (2019). A theory of personal budgeting. *Journal of The Econometric Society*, 14(1), 173-210. <https://doi.org/10.3982/TE2881>
- Giannouli, V., & Tsolaki, M. (2021). Financial capacity and illiteracy: Does education matter in amnesic Mild Cognitive Impairment?. *Journal of Alzheimer's Disease Reports*, 5(1), 715-719. <https://content.iospress.com/download/journal-of-alzheimers-disease-reports/adr210033?id=journal-of-alzheimers-disease-reports%2Fadr210033>
- Global Citizen Solutions. (2025, abril 11). *Health Insurance in Portugal: A Comprehensive Guide for 2025*. Recuperado de <https://www.globalcitizensolutions.com/health-insurance-in-portugal/>
- Guttman-Kenney, Firth, C., & Gathergood, J. (2023). Buy now, pay later (BNPL) ...on your credit card. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 37(1). <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2023.100788>
- Hair, J., Black, W., Babin, B., & Anderson, R. (2019). *Multivariate Data Analysis* (8th ed.). Cengage Learning.
- Heaven, B., Brown, L. J., White, M., Errington, L., Mathers, J. C., & Moffatt, S. (2013). Supporting Well-Being in Retirement through Meaningful Social Roles: Systematic Review of Intervention Studies. *The Milkbank Quarterly*, 91(2), 222-287. <https://doi.org/10.1111/milq.12013>
- Henager-Greene, R., & Cude, B. (2016). Financial Literacy and Long- and Short-Term Financial Behavior in Different Age Groups. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 27(1), 3–19. <https://doi.org/10.1891/1052-3073.27.1.3>
- Hung, A., Yoong, J., A, & Brown, E. (2012). How Financially Literate Are Women? An Overview and New Insights. *The Journal of Consumer Affairs*, 51(2), 255–283. <https://www.jstor.org/stable/26627408>
- Huston, S. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296–316. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- IAVE. (2020). *Como é que o PISA avalia a literacia financeira?* IAVE. https://iave.pt/wp-content/uploads/2020/09/LiteraciaFinanceira_QuadroConceptual.pdf

- IAVE. (2022). *PISA 2022 – Literacia Financeira*. IAVE. https://iave.pt/wp-content/uploads/2024/06/Brochura_Literacia-financeiraPISA2022.pdf
- Ilxamovna, N. M. (2022). Family budget analysis: types of income and expenses. *JournalNX-A Multidisciplinary Peer Reviewed Journal*, 8(12), 650-654. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/VHA2P>
- Khera, N., Zhang, N., Hilal, T., Durani, U., Lee, M., Padman, R., Voleti, S., Warsame, R. M., Borah, B. J., Yabroff, K. R., & Griffin, J. M. (2022). Association of Health Insurance Literacy With Financial Hardship in Patients With Cancer. *PubMed Central*, 5(7). <https://doi:10.1001/jamanetworkopen.2022.23141>
- Leitão, L. (2024, abril 19). *Portugal continua a jogar às escondidas com a literacia financeira*. ECO. <https://eco.sapo.pt/opiniao/portugal-contiPISAnua-a-jogar-as-escondidas-com-a-literacia-financeira/>
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 1-55. https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf
- Lin, X., Bruhn, A., & William, J. (2019). Extending financial literacy to insurance literacy: A survey approach. *Accounting & Finance*, 59(1), 685–713. <https://doi.org/10.1111/acfi.12353>
- Lusardi, A., & Messy, F. (2023). The importance of financial literacy and its impact on financial wellbeing. *Journal of Financial Literacy and Wellbeing*, 1, 1–11. [10.1017/flw.2023.8](https://doi.org/10.1017/flw.2023.8)
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2008). Planning and Financial Literacy: How Do Women Fare? *American Economic Review*, 98(2), 413–17. [https:// DOI: 10.1257/aer.98.2.413](https://doi.org/10.1257/aer.98.2.413)
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy and retirement planning in the United States. *National Bureau of Economic Research*, 10(4), 509–525. <https://www.nber.org/papers/w17108>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy around the world: an overview. *Cambridge University Press*, 10(4), 497–508. <https://doi.org/10.1017/S1474747211000448>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5–44. <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>

- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2023). The importance of financial literacy: Opening a new field. *Journal of Economic Perspectives*, 37(4), 137-154. <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdf/10.1257/jep.37.4.137>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S., & Curto, V. (2010). Financial Literacy among the Young. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 358-380. <http://www.jstor.org/stable/23859796>
- Marôco, J. (2021a). *Análise Estatística com o SPSS Statistics (8ª ed.)*. ReportNumber.
- Marôco, J. (2021b). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações (3ª ed.)*. ReportNumber.
- Moneylab. (2024, março 8). *Mulheres e finanças pessoais: o que dizem os estudos?* Moneylab. <https://moneylab.pt/2024/03/08/mulheres-e-financas-pessoais-o-que-dizem-os-estudos>
- OCDE. (2021), *Towards Improved Retirement Savings Outcomes for Women*. OECD. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/03/towards-improved-retirement-savings-outcomes-for-women_8c6b33e1/f7b48808-en.pdf
- OCDE/INFE. (2020, junho 25). *International Survey of Adult Financial Literacy*. OECD. https://www.oecd.org/en/publications/oecd-infe-2020-international-survey-of-adult-financial-literacy_145f5607-en.html
- OCDE/INFE. (2023, dezembro 12). *International Survey of Adult Financial Literacy*. OECD. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/56003a32-en.pdf?expires=1718294910&id=id&accname=guest&checksum=325AFD22BBC9F2FF2BD4F8FD7826A6C8>
- Okamoto, S., & Komamura, K. (2021). Age, gender, and financial literacy in Japan. *PLOS One*, 16(11). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0259393>
- Oliveira, F., S. (2023, outubro). *A importância da literacia financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva*. Newsletter Biblioteca Banco de Portugal. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/newsletter_out-dez23_e.pdf
- Onofre, F. (2024, outubro 29). *O seguro como proteção da nossa carteira*. Doutor Finanças. <https://www.doutorfinancas.pt/seguros/o-seguro-como-protecao-da-nossa-carteira/>
- Passos, R. (2022). *A negligência da Literacia Financeira em Portugal – Até quando?* Revista Técnica de Tendências em Comunicação Empresarial. <https://doi.org/10.34630/tth.vi2.4719>

- Pastor, M. C., Almazan, D. A., Flores, L. R., Lopez, L. J., Maralit, A. P., & Melo, M. C. (2022). Factors Affecting the Behavior of Young Professionals towards Savings and Investment. *American International Journal of Business Management (AIJBM)*, 5(5), 44–50. <https://www.ajjbm.com/wp-content/uploads/2022/05/D554450.pdf>
- Pereira, V. P. S. (2020). *Fatores de endividamento das famílias em Portugal. Uma análise da importância dos fatores macroeconómicos* [Dissertação de mestrado]. Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja. <https://www.proquest.com/openview/ffc3bc922e7f8c4d4660aee2edbe023/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar>
- Piccini, R. A. B., & Pinzetta, J. (2014). Planejamento financeiro pessoal e familiar. *Unoesc & Ciência - ACSA*, 5(1), 95-102. <https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/4555>
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2015). Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 26(69), 362-377. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>
- Rhoades, A. (2024, março 08). *Women and financial literacy: Closing the gender gap*. N26. <https://n26.com/en-eu/blog/women-and-financial-literacy-closing-the-gender-gap>
- Ruiz-Palomo, D., Galache-Laza, M. T., Cisneros-Ruiz, A. J., & García-Lopera, F. (2023). Financial knowledge of pre-university students: Effects of age and gender. *Heliyon*, 9(4). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e15440>
- Santos, A. J. C. (2015). *Literacia Financeira* [Dissertação de mestrado]. Instituto Politécnico de Setúbal. <https://core.ac.uk/download/62700480.pdf>
- Santos, V. B. M. (2010). *Determinantes da literacia financeira dos portugueses face às opções de crédito* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/14489/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_V%203%ADtor%20Santos.pdf
- Sarabando, P., Matias, R. R., Vasconcelos, P., & Miguel, T. (2023). Financial literacy of Portuguese undergraduate students in polytechnics: does the area of the course influence financial literacy? *Journal of Education and Assessment*, 2(2), 28. <https://doi.org/10.58567/jea02020007>

- Scheresberg, C. D. B. (2013). Financial Literacy and Financial Behavior among Young Adults: Evidence and Implications. *Numeracy - Advancing Education in Quantitative Literacy*, 6(2). <http://dx.doi.org/10.5038/1936-4660.6.2.5>
- Seidler, E. P., & Ceretta, P. S. (2022). Conhecimento financeiro e as diferenças de género no Brasil. *SemeAd*. <https://login.semead.com.br/25semead/anais/arquivos/1988.pdf>
- Shrestha, N. (2021). Factor Analysis as a Tool for Survey Analysis. *American Journal of Applied Mathematics and Statistics*, 9(1), 4-11. <https://doi.org/10.12691/ajams-9-1-2>
- Sengupta, S. (2024). Are women more risk-Averse than men regarding investment decision? *Journal of Management Research and Analysis*, 11(2), 118-122. <https://doi:10.18231/j.jmra.2024.020>
- Sweet, E., Nandi, A., Adam, E., & McDade, T. (2013). The High Price of Debt: Household financial debt and its impact on mental and physical health. *Social Science & Medicine*, 91(1), 94–100. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.05.009>
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (2013). *Using Multivariate Statistics* (6th ed.). Pearson.
- Tinghög, G., Ahmed, A., Barrafreem, K., Lind, T., Skagerlund, K., & Västfjäll, D. (2021). Gender differences in financial literacy: The role of stereotype threat. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 192(1), 405-416. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2021.10.015>
- Todos contam. (2025). Plano Nacional de Formação Financeira. <https://www.todoscontam.pt/pt-pt>
- União Europeia/OCDE. (2023, setembro 27). *Financial competence framework for children and youth in the European Union*, European Union. https://finance.ec.europa.eu/publications/commission-and-oecd-infe-publish-joint-framework-children-and-youth_en
- Vaahntoniemi, S., Buturak, G., Kalmi, P., & Ruuskanen, O. (2023). Financial literacy and its determinants and consequences: New survey evidence from Finland. *Cambridge University Press*, 1(2), 368–402. <https://doi.org/10.1017/flw.2023.14>
- Widjaja, I., Arifin, A. Z., & Setini, M. (2020). The effects of financial literacy and subjective norms on saving behavior. *InformPubsOnLine*, 10(1), 3635-3642. http://repository.untar.ac.id/13344/1/buktipenelitian_10190018_3A015826.pdf

Willis, L. (2011). The Financial Education Fallacy. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 101(3), 429-434.
<http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.101.3.429>

Anexo

Anexo 1 – Inquérito por questionário

Este questionário destina-se a fins meramente académicos e insere-se no âmbito de uma dissertação do Mestrado em Gestão de Empresas, do Instituto Superior de Gestão, que pretende analisar **o conhecimento e comportamento em literacia financeira da população em Portugal**.

Não existem respostas certas ou erradas a estas questões.

As respostas são anónimas e os dados serão tratados de forma confidencial, respeitando todas as indicações do RGPD. O seu preenchimento demora cerca de **cinco minutos**. Por favor, responda a todas as questões, pois só assim estará a contribuir para o sucesso desta investigação.

Obrigado pela colaboração!



Por motivos legais precisamos que autorize que as suas respostas sejam usadas no âmbito desta investigação.

Sim, autorizo

Por favor, indique o grau de concordância com as afirmações que se seguem. Para o efeito, utilize a seguinte escala cinco pontos.

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Em relação ao seu orçamento pessoal e/ou familiar, poupanças e investimentos.	
1. Faço um planeamento mensal das minhas despesas fixas e variáveis em função do rendimento do meu agregado familiar.	
2. Defino metas de curto, médio e longo prazo quando elaboro o meu orçamento familiar.	
3. Considero que o meu agregado familiar tem hábitos financeiros saudáveis.	
4. Tenho uma conta poupança para economizar os meus excedentes mensais e economizo regularmente para atingir objetivos específicos.	
5. Tenho uma reserva de emergência para imprevistos.	
6. Sinto que minha capacidade de poupar é influenciada pelo custo de vida atual.	
7. Dou prioridade à poupança em relação a gastos relacionados com lazer ou bens não essenciais.	
8. Conheço as diferenças de risco - baixo, médio ou elevado - associados aos investimentos financeiros (ex.: depósitos a prazo, ações, certificados de aforro, títulos de tesouro, fundos de investimento, entre outros).	

Por favor, indique o grau de concordância com as afirmações que se seguem. Para o efeito, utilize a seguinte escala cinco pontos.

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Em relação aos seus créditos e seguros.	
9. Acredito que o recurso a crédito é o melhor meio para alcançar objetivos.	
10. Utilizo regularmente um cartão de crédito nas minhas compras correntes como meio de financiamento antecipado	
11. Conheço bem os custos e taxas envolvidas na utilização de um cartão.	
12. Tenho conhecimento suficiente sobre os diferentes tipos de seguros disponíveis (ex.: vida, saúde, automóvel, habitação).	
13. Sei quais as franquias, termos e condições que estão associadas aos meus seguros contratados.	
14. Comparo sempre as propostas de diferentes seguradoras antes de contratar um seguro.	
15. Verifico regularmente as minhas apólices de seguro para garantir que respondem às minhas necessidades.	

Por favor, indique o grau de concordância com as afirmações que se seguem. Para o efeito, utilize a seguinte escala cinco pontos.

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Em relação à sua preparação da pensão por velhice.	
16. Tenho um plano poupança reforma, para complementar a minha pensão por velhice.	
17. Conheço as condições para a obtenção da pensão por velhice.	
18. Estou registado(a) e consulto regularmente a minha carreira contributiva na segurança social direta ou em outro regime semelhante.	

Por favor, indique o grau de concordância com as afirmações que se seguem. Para o efeito, utilize a seguinte escala cinco pontos.

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Em relação aos seus conhecimentos financeiros.	
19. Consigo calcular as taxas de juros associadas a um crédito.	
20. Sei o que é o <i>spread</i> bancário e como tem impacto nos custos de um empréstimo.	
21. Conheço a taxa de esforço associada a um crédito habitação.	
22. Conheço a diferença entre remuneração bruta e líquida.	
23. Conheço a proveniência e destino dos descontos associados à minha remuneração e qual a penalização se entrar em situação de baixa por doença.	
24. Conheço a diferença entre o IMI (imposto municipal sobre imóveis) e o IMT (imposto municipal sobre as transmissões).	
25. Sei como se calcula a taxa de inflação.	

Os dados que se seguem destinam-se à caracterização da amostra e em nada o(a) vão comprometer.

Sexo mencionado no documento de identificação: Masculino Feminino **Idade:** _____

Habilitações literárias: Ensino Básico Ensino Secundário Bacharelato e/ou licenciatura
Mestrado Doutoramento

Situação atual: Estudante Trabalhador(a) por conta de outrem
Trabalhador(a) por conta própria Funcionário(a) público(a) Aposentado(a)
Outra

Estado civil: Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) Unido(a) de facto Viúvo(a)
 Outro

Quantas pessoas fazem parte do seu agregado familiar [incluindo o(a) próprio(a)]?:

1 pessoa [vive sozinho(a)] 2 pessoas 3 pessoas 4 pessoas 5 ou
mais pessoas

Região administrativa da sua residência de acordo com as NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos)

Norte Centro Área Metropolitana de Lisboa Alentejo Algarve
 Açores Madeira

Obrigado pela colaboração!